



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**  
**THOMAS FALCONI**

**NINGUÉM MORRE EM MÉDIA: A COVID-19 NO JORNAL NACIONAL E A  
OBJETIVIDADE (IM)POSSÍVEL DO JORNALISMO DE DADOS**

**Palhoça**  
**2023**



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**  
**THOMAS FALCONI**

**NINGUÉM MORRE EM MÉDIA: A COVID-19 NO JORNAL NACIONAL E A  
OBJETIVIDADE (IM)POSSÍVEL DO JORNALISMO DE DADOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana da Silveira (Orientadora)

Palhoça

2023

F17 Falconi, Thomas, 1995-

Ninguém morre em média : a COVID-19 no jornal nacional e a objetividade (im)possível do jornalismo de dados / Thomas Falconi. – 2023.

95 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

Orientação: Profa. Dra. Juliana da Silveira

1. Análise do discurso. 2. Jornalismo - Análise do discurso. 3. COVID-19 (Doença). 4. Jornal Nacional. 5. Jornalismo de dados. I. Silveira, Juliana da. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

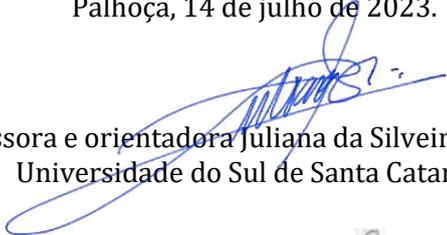
CDD (21. ed.) 401.41

**THOMAS FALCONI**

**“NINGUÉM MORRE EM MÉDIA: A COVID-19 NO JORNAL NACIONAL E A OBJETIVIDADE  
(IM)POSSÍVEL DO JORNALISMO DE DADOS”**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 14 de julho de 2023.



Professora e orientadora Juliana da Silveira, Doutora.  
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Giovanna Gertrudes Benedetto Flores, Doutora.  
Pós-doutoranda UFF



Professor Vitor Pequeno, Doutor.  
Universidade São Francisco



Professora Solange Maria Leda Gallo, Doutora.  
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Nádia Régia Maffi Neckel Doutora.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

*Este trabalho é dedicado a mais de setecentos mil dos desaparecidos no real da pandemia, que jamais poderiam ter virado número assim, impunemente...*

## AGRADECIMENTOS

[Digressão necessária] Este espaço é, possivelmente, o único no qual é possível surgir um autor um pouco menos sobredeterminado pela instituição acadêmica que normatiza todo o resto. Um pouco mais longe dessas amarras, portanto, é preciso resistir, mesmo que textualmente, a situações institucionais que nos tiram do rumo da navegação científica. É possível desagradecer em um espaço de agradecimentos? Desagradeço à instituição que desrespeitou este trabalho, na forma de desrespeito a todas as pessoas envolvidas à época, e abruptamente encerrou uma história de mais de vinte anos de dedicação, empenho e esmero. A história, infelizmente, exalta neo invasores do além mar e apaga todo o extermínio que eles patrocinam... mas não neste espaço. [/Digressão necessária].

Agradeço à Giovanna por ter respondido meu chamado via Whatsapp em pleno domingo e, desde então, por ter me pegado pela mão e me apresentado tudo o que diz respeito ao que é um mestrado e ao que é análise do discurso. Desde as dúvidas mais simples até grandes questões que nos inquietam, esses momentos foram essenciais para que eu nascesse no mundo da pós-graduação e continuam sendo para que eu me mantenha nele. Certa vez, Giovanna me pediu para que eu parasse de repetidamente a chamar de “professora”, mas como deixar de chamar uma mãe de mãe?

Agradeço à Ju por ter sido um farol em tempos de tempestade e uma bússola nos tempos de calmaria. Por ter sido muito mais do que isso. Pela amizade, independentemente da relação entre orientadores e orientandos. Pela parceria que precisa ser continuada em minha busca por mais um grau acadêmico, mas também para mais além desse horizonte... Agradeço pelo trabalho em curso, pelos mapas incompletos que nos colocam questões parecidas e pela vontade de apontar o navio para direções complementares. Pelos discursos e por tudo o que foge do curso e nos leva a campos inexplorados que, longe de precisarem ser colonizados por nós, nos colocam questões para avançarmos numa navegação que, espero, nunca acabe.

Agradeço à Sol pela generosidade em compartilhar tudo o que sabe e, mais brilhantemente, tudo o que não sabe, como se eu fosse capaz de responder à altura. Por todos os descaminhos, os desvios e os processos, e por todos os momentos que fugiram do que deveria ser apenas cumprimento do currículo. Pelas tarefas extras compartilhadas, pelo

semestre em sala na graduação. Por ter me ensinado o melhor jeito de existir na posição de professor. Por compartilhar comigo a empolgação por todo esse papo de informática. Por ser uma referência, sim, mas principalmente pelo olhar preenchido de curiosidade e pela agitação nos movimentos que enchem o ambiente e me contagiam a continuar.

Agradeço à Nádia por ser sempre um ponto de esperança nesse mundo cheio de realidades. Por ser arte nesse mundo de loucuras. Por ter trazido a este trabalho um olhar que fugiu da simples leitura de letras grafadas. Por compartilhar uma viagem que me levou a compreender que esse mundo não é em preto e branco e que jamais poderá ser contido em bordas. Por ter me apresentado quadros para desenquadrá-los. Pelo plural, pela crítica e pelas vozes que agora estão em mim e que precisam falar em todos os espaços em que eu estiver. Mais uma vez, agradeço pela arte, mas dessa vez preenchida pelos afetos.

Agradeço à Andréia por ter me apresentado a sala de aula de uma forma que eu não conhecia. Por ter me instigado a aprender mais sobre um período tão duro da história brasileira. Pelo carinho a cada conversa e pelas horas divididas em bastidores de eventos. Que um dia possamos nos ver sem intermédio de uma tela! Agradeço ainda à Ana, pelos semestres divididos na revista e por todo o aprendizado que isso me trouxe. Ao Maliska, pela introdução ao mundo dos estudos da linguagem, o que até hoje me instiga.... Ao Fábio, pela coordenação impecável do curso. A todos os professores do PPGCL que, de todas as formas, me fizeram ver qualquer coisa com olhares diferentes. À Kellen, pela bravura da função e pela disponibilidade de sempre. À Capes, pela bolsa e pela resistência, apesar da corrosão.

Agradeço à Freda Indursky por generosamente ter dado o recorte preciso e cirúrgico que essa pesquisa precisava. À Sol Mittmann, por ter me dado o real como presente impossível. Ao Vitor Pequeno, ele sabe o porquê. À Eni, por ter começado tudo isso aqui no Brasil. Ao Pêcheux, pela inquietude acadêmica. À toda a rede de pesquisadoras e de pesquisadores em análise de discurso no Brasil e também a todos os que, pela via da conversa, da publicação ou pela simples existência fizeram essa dissertação possível. À professora Cris Riffel, por ter me ajudado a dar o pontapé inicial nessa jornada. Ao Valdemir, por ter sido um mestre no meu caminho de entrada e por compartilhar tantas conversas desde então... Ao professor Carlos que, em uma orientação qualquer na graduação, me apontou pela primeira vez o caminho do mestrado.

Agradeço a um certo grupo “de pesquisa” dedicado à questão da Cultura Pop por ter me feito mais imperfeito. Fernanda, Letícia, Lucas, Paulo, agradeço por serem um ponto de

sanidade em meio a toda essa loucura, e jamais o contrário disso. O que há entre o imaginário e o real? Fico no aguardo dos convites para palestras, mesas redondas e outros eventos derivados desse grupo Brasil e mundo afora. Agradeço à Thaís pelas conversas, desabafos e devaneios sobre jornalismo. Agradeço a todos os colegas, de dentro e de fora do PPGCL, que compartilharam qualquer coisa comigo. À Lucia pelo acesso ao Globoplay. Agradeço a todos ao meu redor, da família aos amigos, que simplesmente existiram, contribuíram, ajudaram e fizeram tudo isso ser como foi dentro e fora das salas, virtual e presencialmente, se é que essa divisão ainda faz sentido...

Agradeço à minha mãe por sempre dizer que eu preciso sonhar. Ao meu pai, por sempre dizer para eu nunca parar de estudar. Aos meus pais, por terem aberto mão de si próprios em vários momentos para que eu pudesse existir. Por todos os suportes e aportes necessários, possíveis e impossíveis. Por sempre acreditarem, nunca duvidarem e sempre apoiarem. Por serem presentes. Pelo presente, recíproco, em forma de amor. Por serem pais no mais belo dos sentidos que essa palavra pode ter.

Agradeço à Amanda por me levar as palavras embora, por me deixar sem elas. Por colocar cores e traços no lugar. Por sugerir que eu deveria fazer um mestrado, e por construir e viver ele comigo desde então. Por todas as mudanças e por tudo o que cada vez mais se torna sólido nisso tudo. Pelo futuro que nos espera. Por essa vida aqui, neste momento. Pelo olhar que carrego comigo a todo momento. Por existir em mim e me fazer parte de si. Pelo todo, pelas partes e por tudo o que repartimos, por tudo o que compartilhamos, por tudo o que pensamos e por tudo o que amamos. Pelo que amo. Amo. Agradeço...

*“O general, o almirante e o major enchiam de pasmo aqueles burgueses pacíficos, contando batalhas em que não estiveram e pugnas valorosas que não pelejaram.*

*Não há como um cidadão pacato, bem comido, tendo tomado alguns vinhos generosos, para apreciar as narrações de guerra. Ele só vê a parte pitoresca, a parte por assim dizer espiritual das batalhas, dos encontros; os tiros são os de salva e se matam é coisa de somenos. A Morte mesmo, nas narrações feitas assim, perde a sua importância trágica: três mil mortos, só!!!”.*

*Lima Barreto, Triste Fim de Policarpo Quaresma.*

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema a relação entre o jornalismo de dados e a pandemia de Covid-19 a partir da cobertura realizada pelo Jornal Nacional em um momento no qual o Governo Federal alterou e suspendeu a divulgação diária do número de mortos e de infectados pelo coronavírus no Brasil. Trazemos como base teórica a análise de discurso franco-brasileira a partir de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, além de outros autores contemporâneos da mesma linha, em um batimento com teóricos do jornalismo e de outros campos, para pensar teoricamente o que são dados, como o jornalismo se fundamenta enquanto produto e prática, as relações entre jornalismo e dados e também a pandemia como acontecimento histórico. Buscamos compreender os deslocamentos nas posições-sujeito que constituem o discurso jornalístico e atravessamos os arquivos sobre números de mortes por Covid-19 no Brasil a partir da prática de jornalismo de dados pelo Jornal Nacional durante a pandemia. Questionamos os deslizamentos de sentido que a pretensa objetividade, tida como fundamental para a constituição da posição-sujeito jornalista, sofre ao encontrar de diferentes maneiras os dados sobre mortes e contaminações que precisam ser diariamente formulados e colocados em circulação por alguma instituição. Para realizar nossas análises, recortamos edições do Jornal Nacional relativas à cobertura sobre omissões de dados por parte do Governo Federal, o que resultou na criação do Consórcio de Veículos de Imprensa, que reuniu diferentes veículos midiáticos, como Folha de São Paulo, O Globo e UOL. A criação do Consórcio surge em meio a uma ruptura no ritual diário de exibição dos dados no Jornal Nacional na qual percebe-se, além da espetacularização da cobertura, uma inclinação do telejornal a tomar os dados como sendo a única forma de se noticiar a pandemia de Covid-19. Pudemos observar um sujeito-jornalista deslocado pela ruptura nos sentidos de oficialidade dos dados que o Consórcio fez aparecer. Concluimos que, após essa ruptura, houve o surgimento de uma nova posição-sujeito, alinhada com as novas formas de legitimação que se dão em um mundo informatizado.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Discurso Jornalístico; COVID-19; Jornal Nacional; Jornalismo de dados.

## ABSTRACT

This master's degree dissertation explores the relationship between data journalism and the Covid-19 pandemic based on the coverage by Jornal Nacional at a time when the Federal Government altered and suspended the daily disclosure of coronavirus-related deaths and infections in Brazil. We bring as a theoretical basis the French-Brazilian discourse analysis by Michel Pêcheux and Eni Orlandi, along with other contemporary authors in the same framework. We also establish a theoretical dialogue with theorists of journalism and other fields. This dialogue helps us conceptualize what data is, how journalism establishes itself as a product and practice, the intersections between journalism and data, and the pandemic as a historical event. Our theoretical objective was to comprehend the shifts in subject positions that constitute journalistic discourse and traverse the archives of Covid-19 death toll data in Brazil through data journalism practices employed by Jornal Nacional during the pandemic. We question the fluctuation of meaning that the presumed journalistic objectivity, considered fundamental for the constitution of the journalist subject-position, undergoes when encountering various ways of handling data on deaths and infections that need to be formulated and disseminated daily by some institution. To conduct our analysis, we selected editions of Jornal Nacional related to the coverage of data omissions by the Federal Government, which led to the creation of the Consórcio de Veículos de Imprensa, which brought together different Brazilian media organizations such as Folha de São Paulo, O Globo, and UOL. The Consórcio emerged during a rupture in the daily ritual of presenting data on Jornal Nacional, characterized by not only the spectacularization of coverage but also by a tendency for the news program to take data as the sole means of reporting on the Covid-19 pandemic. We observed a journalist-subject displaced by the disruption in the sense of officiality of the data brought about by the Consórcio. In conclusion, we argue that this rupture resulted in the emergence of a new subject position aligned with the new forms of legitimation that starts to be prevalent in the digital age.

Keywords: Discourse Analysis; Journalistic Discourse; COVID-19; Jornal Nacional; Data Journalism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capturas de tela da edição de 09/07/2020 do Jornal Nacional .....	33
Figura 2 – bastidores da participação do 38º Presidente da República no programa Alerta Nacional .....	43
Figura 3 – Capturas de tela da edição de 14/05/2020 do Jornal Nacional .....	54
Figura 4 – Capturas de telas das edições do Jornal Nacional dos dias 09/05/2020, 08/08/2020, 17/06/2021 e 24/06/2022, respectivamente .....	55
Figura 5 – Edição de 14/05/2020 do Jornal Nacional .....	58
Figura 6 – Início da edição do dia 03 de junho de 2020 .....	58
Figura 7 – Início da edição do dia 04 de junho de 2020 .....	61
Figura 8 - Trechos do Jornal da Cultura do dia 04 de junho de 2020 .....	63
Figura 9 – Capturas de telas da edição do Jornal Nacional do dia 06/06/2020 .....	71
Figura 10 – Capturas de telas da edição do Jornal Nacional do dia 08/06/2020 .....	73
Figura 11 – Capturas de telas da edição do Jornal da Band do dia 08/06/2020 .....	75
Figura 12 – Capturas de telas do painel elaborado pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde .....	77
Figura 13 – Capturas de tela das edições de 09/07/2020, 27/01/2021, 26/10/2021 e 18/02/2022 do Jornal Nacional (da esquerda para a direita) .....	79
Figura 14 – Capturas de telas da edição do Jornal Nacional do dia 09/07/2020.....	81
Figura 15 – Capturas de telas da edição do Jornal Nacional do dia 09/07/2020.....	82

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>ENTREMEANDO-SE NA TEORIA</b>	<b>21</b>
2.1	JORNALISMO E DISCURSO JORNALÍSTICO	24
2.2	A VIDA E O JORNALISMO EM DADOS	26
2.2.1	<b>O universo dos dados e a realidade do jornalismo</b>	<b>29</b>
2.3	OS DADOS SOBRE A COVID-19 E O TELEJORNALISMO	32
<b>3</b>	<b>PANDEMIA: MORTE E ACONTECIMENTO</b>	<b>35</b>
3.1	MEMÓRIA E ACONTECIMENTO	36
3.2	A DIMENSÃO HISTÓRICA DA PANDEMIA	38
3.3	A MORTE DE CPFS	42
3.4	A DEMISSÃO DO MINISTRO DA SAÚDE	46
<b>4</b>	<b>O JORNALISTA DESLOCADO PELOS DADOS</b>	<b>49</b>
4.1	A MORTE ESPETACULAR	53
4.1.1	<b>A espetacularização jornalística e a oficialidade</b>	<b>56</b>
4.2	A LEGITIMIDADE EM PAUTA	66
4.2.1	<b>A ocultação e a transparência dos dados</b>	<b>69</b>
4.2.2	<b>A morte estatística</b>	<b>78</b>
4.2.3	<b>Uma média móvel de quê?</b>	<b>83</b>
4.3	ANTESSALA	85
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os efeitos de sentido sobre a morte são múltiplos na imprensa que se dedica à cobertura da pandemia de Covid-19. Neles, a tragédia das mortes nos enunciados, de quem viveu uma perda, dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), de quem ficou sem ar ou daqueles que se omitiram e menosprezaram a gravidade da situação, aparece junto com a tragédia em dados – porcentagem de ocupação de leitos, quantidade de novos casos por dia, número de mortos. Tanto “vidas perdidas” quanto “número de mortos” são significantes mobilizados pelo Jornal Nacional, da TV Globo, para falar quantitativamente sobre pessoas que morreram de Covid-19.

Durante a cobertura, o telejornal oscilou entre esses significantes ao falar de (quantidade de) pessoas que morreram por Covid-19. Na prática jornalística, tragédias com mortes são sempre noticiáveis. Da pandemia, surgem pautas, assuntos a serem cobertos: as ações ou inações governamentais, as medidas de distanciamento social, o caos e a falta de insumos em hospitais, entre muitas outras. Uma das pautas que se tornaram diárias na cobertura foi a compilação dos números de novas pessoas infectadas e mortas pelo vírus SARS-CoV-2. Inicialmente, o Ministério da Saúde fazia o levantamento dos dados relativos às mortes por Covid-19 e o telejornal “apenas reproduzia” esses números. No início de junho de 2020, no entanto, um aparente conflito entre o Governo Federal e o Jornal Nacional mudou os rumos desse ritual que se repetia, dia após dia, de exibição dos dados sobre mortos e contaminados pelo vírus no telejornal.

Em dado momento daquela conjuntura, a contagem de mortos e de infectados passou por mudanças metodológicas, assim como o horário diário de divulgação dos dados pelo Ministério foi alterado para depois das dez horas da noite, tudo isso envolto por uma série de dizeres do então presidente da república sobre a cobertura da pandemia pela imprensa e, mais especificamente, pelo próprio Jornal Nacional<sup>1</sup>. Em resposta, os veículos de mídia tradicionais G1, O Globo, Extra, do Grupo Globo, além de O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e UOL passaram a coletar o número de pessoas mortas e infectadas diretamente

---

<sup>1</sup> Sobre este fato, ver texto do G1: “Acabou matéria do Jornal Nacional”, diz Bolsonaro sobre atrasos na divulgação de mortos por coronavírus”: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/dados-do-coronavirus-bolsonaro-defende-excluir-de-balanco-numero-de-mortos-de-dias-anteriores.ghtml> . Acesso em 20 ago. 2022.

com as secretarias estaduais de saúde. Surge, assim, o Consórcio de Veículos de Imprensa, em meio a uma disputa que parece ser sobre quem pode contar os mortos do país, mas que se revela mais complexa do que isso quando começamos a pensar sobre quem pode compilar, formular e colocar em circulação esses dados de forma institucionalmente legítima.

Os veículos de imprensa apontados acima, então, começaram a compilar e a reproduzir os números do consórcio diariamente em seus próprios jornais e portais. No Jornal Nacional, cerca de um mês depois, foi criado um espaço nomeado como “Central da Covid” que mostrava, diariamente, em meio a artes gráficas, dados e estatísticas relacionados ao número de mortes por Covid-19. Nesse espaço, os dados usados para a construção dos gráficos foram, em sua maior parte, também os do Consórcio de Veículos de Imprensa.

O contexto imediato do surgimento do Consórcio e da Central não explica, porém, a passagem que se dá nas práticas jornalísticas para que dados sejam usados na elaboração de materiais jornalísticos ao invés de serem complementares a eles. A substituição de fontes humanas por estatísticas apaga, a cada gráfico com “picos de casos”, a cada “média móvel de mortos”, parte da complexidade sócio-histórica de acontecimentos, na pandemia, que culminam nas mortes de pessoas. Apaga, ainda, toda uma série de questionamentos sobre a legitimidade das instituições que se propõem a compilar e apresentar esses dados publicamente. Podemos pensar no Ministério da Saúde, por exemplo, que foi tomado por uma gestão que, como disse o então presidente, foi “contra tudo e contra todos”<sup>2</sup> em relação à gestão da pandemia, ou então no que seria exatamente o papel da imprensa diante dessa cobertura, entre outras questões.

Nelson Traquina (2013), ao revisitar teorias do jornalismo, no âmbito das ciências sociais, propõe diversos critérios de noticiabilidade identificados em veículos de mídia tradicionais. Entre eles estão o “inesperado” e o “equilíbrio”. O primeiro diz respeito a um fato que ninguém esperava e que precisa estar no jornal. A lotação de UTIs, como exemplo. O segundo tem a ver com a organização interna do jornal, com o repetível<sup>3</sup>, que já não é novo,

---

<sup>2</sup> Em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 24 de março de 2020 e, parafrasticamente, em um congresso no Rio de Janeiro em 20 de maio de 2022: “Talvez o único chefe do Estado do mundo que não aceitou o ‘fica em casa porque a economia a gente vê depois’ tenha sido eu”.

<sup>3</sup> No jargão jornalístico, há o termo “suíte”, que deriva do francês *suite* e significa “seguinte” ou “sequência”. Esse termo diz respeito a matérias jornalísticas que são continuações de assuntos já noticiados nos dias anteriores mas que estão sendo atualizados ou que ainda mantêm algum tipo de relevância na avaliação do jornal.

mas que ainda tem *valor-notícia*. A necessidade de se reservar um espaço para informar sobre quantas pessoas morrem, todos os dias, por Covid-19, por exemplo.

Os critérios de noticiabilidade elencados por Traquina (2013), no entanto, não surgem antes das próprias práticas jornalísticas, mas são resultados de observações dessas práticas ao longo do processo de institucionalização do jornalismo no ocidente. Não há, portanto, “naturalidade” ao se definir o que é inesperado, o que precisa ser feito para equilibrar a edição de um jornal e o que fica de fora, nem ao se definir quais fontes entrevistar ou então de onde selecionar ou formular dados e estatísticas que vão compor materiais jornalísticos. Há ainda a influência da linha editorial do veículo, de decisões que envolvem a escolha de determinado entrevistado ao invés de outro, de direcionamento de pautas. Há as figuras dos pauteiros, dos repórteres, dos editores, que influenciam nessas definições. Os critérios de noticiabilidade não são suficientes, portanto, para se compreender os atravessamentos possíveis na formulação e circulação desses dados no discurso jornalístico. Circulação e formulação são noções propostas por Eni Orlandi (2012), teórica da Análise do Discurso franco-brasileira, que dizem respeito às condições de produção de determinado discurso.

A Análise do Discurso (AD), como teoria materialista do discurso, toma a “naturalidade” como efeito de um esquecimento constitutivo que apaga para os sujeitos a historicidade de uma sociedade ideologicamente constituída. Bethânia Mariani (1998, p. 63) afirma que “a imprensa deve desambiguar o mundo”. A autora recupera a história do surgimento da imprensa para demonstrar que essa desambiguação não é qualquer uma, mas sim efeito da relação constitutiva entre o discurso jornalístico e o discurso jurídico. É através da AD que pretendemos analisar as práticas jornalísticas e discursivas do Jornal Nacional, com seus efeitos de neutralidade e imparcialidade, durante a pandemia de Covid-19, mais especificamente no período relativo ao surgimento tanto do Consórcio de Veículos de Imprensa quanto da Central da Covid.

A partir da Análise do Discurso, nos questionamos sobre o modo como essa pandemia foi significada em seu acontecimento, o que provocou rupturas em diversas áreas, inclusive para o jornalismo. Como acontecimento histórico, a pandemia de Covid-19 tornou visíveis rupturas que já estavam em vias de acontecer na prática jornalística, como por exemplo a utilização de dados não apenas como suporte para a construção de textos jornalísticos, mas também para a formulação e, possivelmente, constituição desses textos.

Como veremos no capítulo 2, o jornalismo de dados já tinha espaço relevante em redações no Brasil e no mundo, mas ainda como coadjuvante na elaboração de pautas e de reportagens. A necessidade de se informar a quantidade de mortos pela Covid-19, no entanto, fez com que essa prática ganhasse notoriedade e espaço próprio no telejornal mais consumido no Brasil.

A conjuntura política específica do Brasil colocou questionamentos a essa cobertura midiática. O jornalismo é uma instituição calcada na busca pela “objetividade”, tomada pelo “mito da informatividade” apontado por Orlandi (1995), ou seja, pela ilusão de que é possível comunicar a um interlocutor uma mensagem clara e livre de interferências, imparcial, sobre determinado assunto. Para isso, o jornalista precisa entrevistar fontes diversas e chegar a alguma “conclusão” mediada. Os dados, por sua vez, também são constituídos sob uma ilusão de objetividade, em um efeito de representação direta de uma realidade, sem mediação de dizeres. Dados, por essa via, não são questionáveis como são as “fontes humanas”. Por isso, nos perguntamos: *quando a objetividade jornalística encontra a objetividade dos dados, o que se desloca no discurso jornalístico, diante da necessária “mediação de dizeres” que ele pressupõe, para que os dados consigam efetivar o sentido de “representação da realidade” nas práticas da mídia tradicional?*

Portanto, o objetivo geral desta dissertação é compreender os deslocamentos nas posições-sujeito que constituem o discurso jornalístico e atravessam os arquivos sobre números de mortes por Covid-19 no Brasil a partir da prática de jornalismo de dados pelo Jornal Nacional durante a pandemia. Para atingir esse objetivo, esse trabalho está dividido em três capítulos centrais. No primeiro capítulo, introduzimos as noções fundantes da AD propostas por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, entre outros autores, que serviram de dispositivo teórico para os tópicos e capítulos posteriores. Entre as principais, destacamos as noções de silêncio constitutivo, de historicidade e de posição sujeito.

Em seguida, no capítulo 2, começamos a compor nosso dispositivo analítico ao revisar as teorias do jornalismo através de Traquina (2013), para assim trazê-las para uma perspectiva discursiva através de Flores (2016), Nunes (2012) e Mariani (1998). Logo após, a “dataficação da vida” apontada por Lemos (2021) nos coloca questões sobre dados e algoritmos, que podem ser pensadas a partir das noções de discurso de escrita de Gallo (2011) e de materialidade técnica de Pequeno (2020). O jornalismo de dados, dessa maneira, pode ser abordado em analogia a uma formulação de Träsel (2014) sobre o ato de se “entrevistar planilhas” em uma relação com as noções já apresentadas. A Central da Covid, então, é

colocada como exemplo de prática de jornalismo de dados, em uma análise possível pela mobilização das noções de imbricação material de Lagazzi (2011) e de rituais telejornalísticos de Pimentel (2008).

O capítulo 3 é dedicado à pandemia de Covid-19 como acontecimento histórico e discursivo. Primeiramente, buscamos compreender as relações entre as noções de sujeito, memória e acontecimento pela via de Courtine (2022), Indursky (2003) e Orlandi (2021). Depois, Zizek (2020) e Mascaró (2020) nos ajudam a perceber as condições de produção da pandemia de Covid-19 em um mundo capitalista e também especificamente no Brasil, assim como a dicotomia existente à época no Governo Federal, resolvida com a demissão do ministro da Saúde. Neste capítulo, ainda, analisamos os efeitos de sentido sobre morte para esse mesmo Governo, a partir de dizeres do então presidente da época, assim como uma foto, tomada discursivamente, de uma participação sua em um programa de televisão. Dessa maneira, entramos no capítulo seguinte com condições de perceber contradições e coincidências entre os diferentes efeitos de sentido sobre mortes e número de mortes, para depois buscarmos compreender como isso tem a ver com o discurso sobre dados do Jornal Nacional.

No capítulo 4, entramos de fato na análise do corpus principal do trabalho, constituído a partir de um arquivo de edições do Jornal Nacional sobre “número de mortos pelo coronavírus”, recorte necessário para percebermos deslizamentos de sentido e mudanças nas posições-sujeito que vieram a ser identificadas a partir da análise. Este capítulo é dividido em duas partes. Na primeira, 4.1 e subcapítulos, começamos por visitar o que diz Debord (1997) sobre o que ele chama de sociedade do espetáculo. Após delinear em linhas gerais uma abordagem discursiva da “espetacularização jornalística”, utilizando ainda autores já referenciados no capítulo 2, trouxemos para análise edições do Jornal Nacional que apresentam o que chamamos de “morte espetacular”. Essa morte é ritualística e marcada pela repetição de certos padrões em diferentes edições. Na cobertura da pandemia de Covid-19, no entanto, essa morte passou a ser também contada e ritualizada a partir de um número de mortes, o que leva às consequências que apontamos nesse capítulo.

Ainda na primeira parte do capítulo 4, voltamos à questão do acontecimento, mas desta vez a partir de Pechêux (2015) porque, em seguida, o corpus nos levou a perceber uma ruptura no sentido de “oficialidade” em relação à compilação do número de mortes por Covid-19. Analisamos a discursivização, no Jornal Nacional, da questão da censura dos dados

por parte do Ministério da Saúde e seus desdobramentos no telejornal que, até então, dependia desses dados para cumprir seus rituais diários de exibição dos “números da pandemia”. Neste capítulo, abordamos o surgimento do que se tornou, dias depois, o Consórcio de Veículos de Imprensa.

A segunda parte do capítulo 4 gira em torno de uma questão consequente da parte anterior, a partir de uma questão: quem legitima os dados coletados pelo Consórcio? Começamos por acompanhar Pequeno (2020) em busca da diferenciação entre banco de dados e arquivo, pois os dados tanto do Ministério da Saúde quanto do Consórcio eram coletados das secretarias estaduais de saúde, porém por instituições distintas entre si. Esse capítulo também passa por Gallo (2011) e a questão da legitimação, fundamental para compreendermos porque essa “coleta de dados” não pode ser tomada como simples mudança na instituição que a realiza. Ainda nesta parte, a “objetividade” jornalística é mobilizada a partir de Traquina (2013) e Mariani (1998) em uma relação com a “objetividade estatística” que os dados lhe impõem.

Logo após essa retomada teórica, vamos à análise das edições do Jornal Nacional que, ao mesmo tempo, discursivizam a “ocultação” dos dados sobre mortes e a “fragilização” do Ministério da Saúde, e divulgam a criação do Consórcio de Veículos de Imprensa como capaz de “trazer diariamente informações precisas” e “confiáveis”. Percebemos de que maneira o telejornal foi tornando possível o surgimento de um espaço no qual jornalistas não apenas intermediam dizeres, mas também “produzem” posições no discurso jornalístico sem mais intermediar dizeres. Os sentidos de “oficialidade” deslocados agora podem passar a ser compreendidos dentro dessa ruptura da “objetividade”.

Por último, enfrentamos gráficos ao trazer novamente à análise a Central da Covid, dessa vez após o percurso teórico e analítico resumido acima. Assim, nos deparamos com uma “morte estatística”, que tem na contradição dessas duas palavras indícios do que resultou nossas análises. A “média móvel de mortos” que a Central da Covid trouxe como grande novidade em relação ao ritual anterior do jornal, de apenas divulgar os números de mortes e de casos pelo âncora na bancada do telejornal, é também a marca de uma acomodação da ruptura semântica que começamos a perceber no início do capítulo. É, ainda, um dizer que só se tornou possível dentro dos deslocamentos que as posições-sujeito analisadas sofreram desde que o Jornal Nacional começou a praticar o “jornalismo de dados” na cobertura da pandemia de Covid-19.

Em nossas considerações “finais”, que chamaremos de iniciais, apontamos os caminhos que podem fazer este trabalho se cruzar com outros que levam a um panorama de grandes mudanças na forma-sujeito dominante atualmente neste mundo que, mais do que globalizado, é capitalizado em uma capilaridade que chega ao nível já dado, com um sujeito que, ao menos aparenta, ser constituído pelos dados em sua forma. São apenas considerações iniciais, e é por isso que o título desse capítulo precisou romper com o que Gallo (2011) chama de efeito de fecho, pois estas considerações passam longe de serem finais, apenas se iniciam.

## 2 ENTREMEANDO-SE NA TEORIA

A Análise do Discurso se constitui, segundo Pêcheux e Fuchs (1997), na articulação entre três regiões do conhecimento científico. Os autores trazem o materialismo histórico, definido como a teoria das ideologias, a linguística, como teoria de processos sintáticos e de enunciação, e ainda a própria teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. As três regiões, para eles, são atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

A articulação de Pêcheux e Fuchs (1997), no entanto, não se dá de forma interdisciplinar ou mesmo de simples apropriação do conhecimento dessas regiões. Para compreender a AD é preciso deslocar, questionar pela falta que constitui cada uma dessas “três regiões do conhecimento científico”. Como Orlandi afirma na introdução da obra de Denise Maldidier, em *A Inquietação do Discurso: (re) Ler Michel Pêcheux Hoje*:

Michel Pêcheux refletia em outro lugar o esforço teórico que ele mesmo fazia em relação ao objeto discurso em face da história, da linguística e da psicanálise [...]. Ou seja, era pensando essas regiões do conhecimento, colocando questões delas para elas mesmas, que ele ia estabelecendo um novo território de conhecimento da linguagem, da história (e do sentido), do sujeito (ORLANDI, 2003, p. 11).

É no entremeio dessas regiões que a AD se faz, com sujeitos que são, ao mesmo tempo, indivíduos interpelados pela ideologia e determinados sócio-historicamente por um esquecimento constitutivo (PÊCHEUX, 2014). O sujeito da análise do discurso, conforme Pêcheux (2014, p. 142), é tomado por uma evidência de ter uma identidade, de ser a origem do que diz. Tanto a evidência de “ser” quanto o “próprio dizer” desses sujeitos são, no entanto, resultantes do esquecimento dessa interpelação ideológica que Pêcheux retoma de Althusser.

A partir da noção de aparelhos ideológicos de estado de Althusser (1983), Pêcheux e Fuchs (1997) compreendem que essa interpelação não se dá por uma Ideologia, com “I” maiúsculo, mas entre posições de classe no interior dos aparelhos ideológicos que determinam formações ideológicas em conflito. Na luta entre classes, os autores apontam que podemos conceber o discursivo como um dos aspectos materiais das formações ideológicas, e que podemos chamar de formação discursiva essa concepção que determina “o que pode e

deve ser dito” a partir de uma posição dada numa conjuntura, no interior de um aparelho ideológico.

O que pode e deve ser dito, no entanto, só se inscreve no sujeito pelo que Pêcheux (2014, p. 161) chama de esquecimento nº2, no qual “[...] todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase [...]”. Para o autor, seria um sistema pré-consciente. Já o esquecimento nº1, para Pêcheux (2014), tem a ver com um sistema inconsciente: inacessível, determinante e constitutivo do sujeito.

Ambos os esquecimentos afetam o sujeito e o fazem “funcionar”, tomar posições, como Pêcheux (2014, p. 159) sugere, “em total consciência e em total liberdade” enquanto sujeitos-falantes. Essa tomada de posição do sujeito pode, ainda para Pêcheux, ser compreendida como efeito tanto dos esquecimentos quanto da interpelação ideológico-discursiva que o faz se reconhecer como “sempre-já” sujeito. Essa posição sujeito se relaciona com tudo o que se pode e se deve dizer a partir de determinada formação discursiva, na relação com o interdiscurso, ou, como Pêcheux (2014) diz, em um processo de identificação entre memória (interdiscursiva) e sujeito.

Nessa relação entre o sujeito e o interdiscurso, através das formações discursivas, a AD encontra a noção de sentido, como Pêcheux (2014, p. 238) conclui: “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é ‘produzido como causa de si’”. A evidência de sentido na língua e no discurso pode, apesar de se apresentar de forma transparente para o sujeito, ser entendida como materialidade da história.

Pêcheux (2015), ao tecer uma crítica ao positivismo e a uma corrente que defendia o materialismo como um tipo de ciência régia, afirma que a história é uma disciplina de interpretação, e diz que essa necessidade de se interpretar se dá porque o real da história é inacessível ao sujeito, assim como o real da língua. Há, portanto, apenas as formas materiais desse real linguístico e histórico, compreendidas nos sentidos, no discursivo. Nesse encontro entre sujeito e história, a Análise do Discurso também encontra o sentido, mas pela noção de historicidade, como afirma Orlandi:

Eis outra via possível de se pensar a historicidade na perspectiva em que a estamos colocando: história do sujeito e do sentido. Inseparáveis: ao produzir sentido, o sujeito se produz, ou melhor, o sujeito se produz produzindo sentido. É essa a dimensão histórica do sujeito – seu acontecimento simbólico – já que não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos. (ORLANDI, 1996, p. 56-57).

O sentido, portanto, além de se apresentar como evidente e ser compreendido como efeito entre interlocutores (Pêcheux, 2015), tem relação inseparável tanto com uma dimensão histórica (interdiscursiva) quanto com a linguagem. Não há, para Orlandi, um único sentido possível, mas sentidos, no plural, em diferentes formações discursivas, que caracterizam a incompletude da linguagem. A autora percebe ainda que essa incompletude, com sentidos que se movem na história, na linguagem e nos sujeitos, é possível porque há algo que significa antes das palavras, dos símbolos, dos ditos e não-ditos. Há o silêncio.

Para Orlandi (2002), o silêncio é a iminência da significação, o limiar do sentido: o silêncio fundador. É o que está entre as formações discursivas, silêncio que significa por si mesmo, atravessa palavras e que é necessário ao sujeito. Além do silêncio fundador, para a autora, existe ainda uma política do silêncio que “[...] se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2002, p. 75). Essa política se divide em duas formas de existência, o silêncio local, que seria a interdição do dizer, como a censura, e o silêncio constitutivo.

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer (ORLANDI, 2002, p. 75-76).

Uma posição sujeito pode, portanto, existir entre um dito “x” que silencia um “y” historicamente constituído. Com as noções de posição sujeito, historicidade e silêncio constitutivo, podemos avançar, pela análise do discurso, na compreensão dos processos discursivos no jornalismo, a partir da posição-sujeito que um jornalista assume ao noticiar ou

informar. Mas, antes, é preciso entender o próprio jornalismo, com seus rituais e práticas já analisadas academicamente.

## 2.1 JORNALISMO E DISCURSO JORNALÍSTICO

Traquina (2013) chama de “tribo jornalística” o conjunto de jornalistas, ao menos do ocidente, que produz seu trabalho a partir de maneiras de agir, de falar, de escrever e de se relacionar com o mundo que seriam próprias desta “tribo”, e diz que as notícias seriam como são, entre outros fatores, por conta dessas práticas profissionais. Ao tentar definir o que é notícia, o autor questiona:

O que é notícia? A visão que os jornalistas apresentam desta questão - o que é notícia? - é simultaneamente simplista e minimalista: a) simplista porque, segundo a ideologia jornalística, o jornalista relata, capta, reproduz ou retransmite o acontecimento. Segundo a metáfora dominante no campo jornalístico, o jornalista é um espelho que reflete a realidade. O jornalista é simplesmente um mediador; e b) minimalista porque, segundo a ideologia dominante, o papel do jornalista como mediador é um papel reduzido (Traquina, 2013, p. 59-60).

Não podemos tomar ideologia nos termos de Traquina (2013), pois o que o autor chama de “ideologia jornalística” ou “ideologia dominante” pode ser tomado neste trabalho como uma posição discursiva entre outras, dentro do “[...] ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]” (PECHÊUX, 2014, p. 148-149). Podemos, no entanto, seguir a metáfora do jornalista como espelho que reflete a realidade para nos perguntar: qual realidade?

Flores (2016, p. 165) define notícia como o resultado de um processo que envolve a percepção, seleção e transformação de um acontecimento<sup>4</sup> em um produto, mas reforça que existem diferenças entre notícia e informação no discurso jornalístico:

---

<sup>4</sup> O uso do termo nesta parte do texto diz respeito ao acontecimento jornalístico, entendido por Traquina (2013, p. 93) como o “inesperado”, quando “[...] os jornalistas entram em ação, num ritmo frenético de luta heroica contra o tempo e em dedicação ao imperativo de informar os cidadãos”. A noção discursiva de acontecimento será abordada nos capítulos 3 e 4.

Na Análise do Discurso, compreendemos que, ao transpor esse acontecimento para o campo da informação, sem a devida apuração, investigação, o sujeito repórter está produzindo uma nova discursividade, deslocando os sentidos de uma memória já estabilizada e apagando a historicidade e as condições de produção do acontecimento. Por isto é possível dizer que ao narrar os fatos do cotidiano, o discurso jornalístico produz o efeito de realidade, tornando visíveis acontecimentos que interessam à instituição imprensa (FLORES, 2016, p. 165).

Ainda para a autora, desde o início do século XIX, uma nova mercadoria surge: a informação vendida como notícia. Genro Filho (1989, p. 131, grifo do autor), em relação à informação jornalística enquanto “mensagem-consumo”, afirma que “a necessidade da informação jornalística surgiu na forma de um *mercado* consumidor de notícias, à medida que, com a emergência do capitalismo, todas as necessidades sociais aparecem como mercado consumidor [...]”, em uma definição que aponta para as afirmações de Flores (2016). Nunes (2012) também percebe a informação como efeito de evidência de real, de “verdade única”: “Tal funcionamento instaura um efeito de produto-verdade, visto que os sentidos que circulam sobre a informação a relacionam ao visível, ao crível, ao tangível” (NUNES, 2012, p. 43). O produto-verdade se relacionaria à informação como efeito de novidade, de necessidade de se informar.

Ao retomar Mariani (1998), Flores (2016) traz o “mito da informatividade”<sup>5</sup> para falar da posição-sujeito jornalista, comprometido com valores como “isenção” e “objetividade”. Traquina (2013) observa uma série de valores-notícia, que seriam critérios de noticiabilidade para definir o que é (e o que não é) notícia na prática jornalística. Mas esses valores-notícia não surgem antes da própria prática, como já apontamos. O autor afirma ainda que os valores-notícia não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra e levando em consideração determinadas políticas editoriais. Enquanto a posição-sujeito jornalista se constitui comprometida com valores próprios, a instituição imprensa, que vende informação como notícia, tem uma historicidade também própria, marcada pela relação com outras instituições sociais, conforme Mariani (1998):

---

<sup>5</sup> Segundo Orlandi (1995), o mito da informação, enquanto noção próxima à de Flores (2016), é um dos três mecanismos mistificadores no domínio da mídia, ao lado do prestígio científico e da relação entre falante e mídia. Sobre o mito da informação, a autora diz: “No verbal, e nas análises linguísticas em geral, se trata o signo sob a ilusão referencial, ou seja, a ilusão de literalidade. Uma das consequências, no viés conteudístico, é pensar a linguagem como produção de informação (o que “x” quer dizer). Por seu lado, o tratamento da mídia tem acentuado este aspecto: o conjunto de meios de comunicação serve (ou deveria servir) para informar. Um dos argumentos favoráveis à implementação da mídia é, aliás, a ‘riqueza’ de informações que ela produz” (ORLANDI, 1995, p. 42-43).

São as exigências do poder político e jurídico, no intuito de preservar o *status quo* de uma elite dominante, que estão inscritas nos mecanismos de funcionamento da instituição [jornalística], e não uma neutralidade voluntária, resultado do uso de técnicas que adequam uma exterioridade factual colada a sentidos literais (MARIANI, 1998, p. 77).

O mito da informatividade, no entanto, assegura ao jornalista, enquanto posição-sujeito assumida, ser o “espelho da realidade”: “Por isto é possível dizer que ao narrar os fatos do cotidiano, o discurso jornalístico produz o efeito de realidade, tornando visíveis acontecimentos que interessam à instituição imprensa” (FLORES, 2016, p. 165). O discurso jornalístico pode soar, portanto, “voluntariamente” neutro e literal, mesmo funcionando junto a uma instituição que atua na preservação de determinados *status quo* e com fins mercadológicos.

## 2.2 A VIDA E O JORNALISMO EM DADOS

O sujeito jornalista, em sua tomada de posição, se reconhece como espelho da realidade, mas retomamos a pergunta: qual realidade?

André Lemos (2021), no âmbito das Ciências Sociais, fala sobre uma dataficação da vida, e pontua diferenças relevantes entre “digitalização” e “dataficação”. Ambos os processos se dão como formas de apreender uma “realidade”, mas a digitalização seria uma simples transposição de algo analógico para um meio digital, como um livro ao ser escaneado e convertido em PDF ou uma música que, ao invés de ser reproduzida por ranhuras em vinil, passa a ser armazenada em bits numa memória de computador. Já a dataficação teria origem no que o autor chama de “culto aos números” nos séculos XVII e XVIII, que passa a quantificar e classificar racionalmente ações humanas e dá origem a uma sociedade da informação.

Com a dataficação, não se trata apenas da conversão de um objeto analógico em digital, mas da modificação de ações, comportamentos e conhecimentos baseados na performance dos dados elaborada por sistemas de inteligência algorítmica. Esta deve ser pensada como um conjunto de métodos de coleta, processamento e tratamento de dados para realizar predições. Não se trata apenas de procedimentos com dados

demográficos ou perfis socioeconômicos, por exemplo, mas de análise dinâmica a partir de metadados comportamentais (LEMOS, 2021, p. 194).

Mas Lemos (2021), após demonstrar que tanto a digitalização quanto a dataficação ocorrem em diferentes áreas da ciência e da vida cotidiana<sup>6</sup>, faz um alerta: “Sabemos que não há dados brutos e que o algoritmo é uma escrita e, como toda escrita, produz enviesamentos” (LEMOS, 2021, p. 198). Para a Análise do Discurso, no entanto, a escrita se difere da grafia, conforme Gallo (2008) demonstra ao afirmar que a escrita trabalha sobre a grafia para lhe dar limites e sentido. Um algoritmo grafado, então, produz efeitos de sentido ao ser lido a partir de uma posição:

Textos públicos, publicados, com efeito de autoria, [são] um efeito produzido pelo próprio Discurso da Escrita e que recai sobre o sujeito desse discurso. Assim, por exemplo, o sujeito que se inscreve como jornalista em uma instituição, e produz seu texto a partir dessa posição, sofrerá o efeito de autoria dessa instituição, passando a ser por/com ela identificado. O mesmo acontece com qualquer outro Discurso de Escrita (GALLO, 2011, p. 414).

As distinções entre grafia e escrita (Gallo, 2008), e a noção de Discurso da Escrita (Gallo, 2011)<sup>7</sup> nos remetem à questão das diferentes materialidades que constituem um discurso. Orlandi (1996) reforça que, na Análise do Discurso, trabalhamos com a materialidade da linguagem tanto no seu aspecto linguístico quanto histórico. Após retomar a definição de historicidade, Orlandi (1996, p. 44) é enfática ao afirmar que a noção de dado é “[...] um efeito ideológico do qual a análise do discurso procura desconstruir a evidência [...]”. Portanto, os efeitos de sentido sobre os “dados brutos” de Lemos (2021) seriam, em partes, garantidos por quem os transforma em texto. Neste caso, um sujeito inscrito na posição jornalista, por exemplo.

Para Orlandi (1996), não existe dado enquanto tal, pois ele já é resultado de uma construção, de uma interpretação, que se dá na relação contraditória entre linguagem e discurso. O interdiscurso, para a autora, é quem garante a formulação de dizeres futuros, no

<sup>6</sup> Podemos pensar em alguém que acessa uma loja virtual e é levada a comprar mais produtos do que o planejado inicialmente porque essa loja recomenda produtos de acordo com seu perfil, por exemplo, mas também em alguém que decide levar um guarda-chuva consigo ao sair de casa porque viu, numa previsão do tempo em um jornal, que irá chover no fim do dia.

<sup>7</sup> “Os textos inscritos no Discurso da Escrita, obviamente originaram-se na forma linguística grafada mas, tendo passado por um longo processo de institucionalização e legitimação dos seus sentidos, esses textos, hoje, podem apresentar-se de muitas formas, por exemplo, na forma audiovisual, como no jornal televisivo, ou como uma música executada por uma orquestra sinfônica [...]. Enfim, o importante, neste caso, é ser um produto “acabado”, com efeito de “fim” e legitimidade, ou seja, com EFEITO-autor” (Gallo, 2011).

complexo das formações ideológicas, e isso fornece a cada sujeito a sua própria realidade enquanto sistema de evidências. “É no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação” (ORLANDI, 1996, p. 39). A possibilidade de essa realidade poder ser “traduzida em dados”, então, só existe como efeito ideológico. As diferentes materialidades que constituem o discurso, no entanto, não são apenas a linguística e a histórica.

Além das materialidades linguística e histórica, é preciso levar em consideração o que Pequeno (2020) chama de materialidades técnicas. O autor, após demonstrar a relação de consumo, própria da forma histórica capitalista, que há entre “a totalidade de todas as páginas da internet” e aquelas que são escolhidas, em seu exemplo, pelo algoritmo do Google como “mais importantes”, afirma: “Isso demonstra como que mesmo uma fórmula matemática é demonstrativamente discursiva, quer dizer, constitui um dizer sobre alguma coisa, se formos capazes de reconstituir a historicidade de suas práticas constituintes” (PEQUENO, 2020, p. 259). Para o autor, há um aglutinado de materialidades técnicas que, como um terceiro tipo de esquecimento, se apresentam na evidência de sentido de um discurso.

No nível mais específico dos gestos languageiros (sobre os quais nos cabe falar) existe (e nesse sentido esse estudo se pensa complementar) uma discursividade própria de certas tecnologias languageiras. Existem também posições inscritas na produção dessas tecnologias; “tecnologias” (uma última vez) aqui entendidas como efeitos de sentido do próprio apagamento e aglutinação de uma espessura de práticas técnicas languageiras. Quantas práticas de temporalidades diferenciadas tornam possível que eu escreva essa tese em um computador como os que temos hoje? Algo da ordem do incontável. Da ordem do transparente (PEQUENO, 2020, p. 278).

O jornalista, que se reconhece como espelho da realidade, só consegue “refletir” fragmentos do que seria essa realidade, produzida na relação com o discurso que o constitui como efeito ideológico. Ao observar as práticas técnicas e as diferentes materialidades que constituem o discurso em um gesto de análise, por consequência, podemos tirar da evidência essa realidade espelhada, transparente. Os dados, da mesma maneira, não existem como representação direta de um real. Já nos lembra Pechêux (2015, p. 29) que “o real é o impossível... que seja de outro modo”. Orlandi (2007) define o real como função das determinações históricas que constituem as condições de produção materiais, e a realidade como a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso.

A partir da distinção real/realidade, retomamos Pêcheux (2015) e o sujeito pragmático, que surge como consequência de “técnicas” de gestão social de indivíduos, da necessidade de “[...] marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios bem definidos [...]” (PÊCHEUX, 2015, p. 30). Há uma lógica binária própria desse sujeito, que não poderia ser, ao mesmo tempo, “casado e solteiro”, “ser eleito e não ser eleito”, etc<sup>8</sup>.

Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como “logicamente estabilizados”) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nestes espaços). (PÊCHEUX, 2015, p. 31).

Isso leva, segundo o autor, a uma homogeneização lógica de um real natural-social-histórico que, para o indivíduo, sempre será impossível de ser simbolizado. Ao indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, resta tomar discursivamente esse universo “logicamente estabilizado” como único possível. Ao levarmos em conta o que Pêcheux (2015) nos diz sobre o universo logicamente estabilizado do sujeito pragmático, podemos perceber que a “dataficação da vida” faz parte de tais técnicas de gestão do mundo físico, da natureza e dos indivíduos.

### **2.2.1     O universo dos dados e a realidade do jornalismo**

No jornalismo, a “dataficação”, como prática, também vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, como demonstrou Träsel (2014) em sua tese de doutorado em Comunicação Social. O autor define o que ele chama de jornalismo guiado por dados (JGD): “As práticas de JGD envolvem técnicas de reportagem assistida por computador (RAC), visualização de dados, infografia, criação e manutenção de bases de dados e a política de acesso à informação e transparência pública de governos (TRÄSEL, 2014, p. 106)”. O autor

---

<sup>8</sup> Ou ainda ter morrido, ao mesmo tempo, de Covid-19 e de insuficiência respiratória.

define ainda o jornalismo guiado por dados como um conjunto de práticas profissionais que têm em comum o uso de bases de dados como fonte principal de informação para a produção de notícias.

Após um período de conversas com jornalistas do Estadão Dados, divisão do jornal O Estado de São Paulo que se propõe a produzir material jornalístico a partir de fontes de dados numéricos e estatísticos públicos ou privados, Träsel afirma que “entrevistar planilhas” pode ser uma definição plausível para o trabalho dos jornalistas que “se guiam por dados”.

A substituição de fontes humanas por fontes numéricas e as práticas de transparência contribuem para um reposicionamento da objetividade como valor na cultura jornalística. Enquanto a análise e visualização de dados permite aos jornalistas reclamarem para si mesmos a imparcialidade atribuída pelo senso comum aos algoritmos, a adoção de práticas de compartilhamento e transparência, ao ceder o controle da narrativa ao leitor, delega ao mesmo tempo a operação de interpretação dos números à audiência (TRÄSEL, 2014, p. 228).

Nas redações jornalísticas, o processamento de dados através de computadores já existia desde meados da década de 60, ao menos na Europa, conforme Santos (2021). A autora comenta que somente a partir das décadas 80 e 90, no entanto, é que a prática passa a ser massivamente utilizada e reconhecida, ainda com o nome de “jornalismo de precisão”: “para a consolidação, reconhecimento e validação do jornalismo de precisão, foi essencial a atribuição de vários prêmios Pulitzer a peças jornalísticas sustentadas na utilização de técnicas de reportagem assistida por computador” (SANTOS, 2021, p. 249). O surgimento do jornalismo de dados, conforme podemos concluir a partir de Santos (2021), não se deu de modo espontâneo, mas como consequência de um processo que, ao menos na transparência, poderia resultar em práticas jornalísticas mais “objetivas”.

A autora vai ao encontro de Träsel (2014) ao afirmar que os “jornalistas de precisão” podem, com a ajuda de diversos sistemas computacionais, processar dados coletados por eles mesmos para se obter informações novas, ainda não existentes em outro lugar, sem a dependência de fontes secundárias e, por consequência, “parciais”.

Ao lidar diretamente com os dados, sem adornos, os repórteres podem desviar-se de estatísticas pré-interpretadas e ultrapassar a necessidade de confiança em histórias anedóticas. Neste sentido, o jornalismo de dados prestaria um tributo maior à objetividade (SANTOS, 2021, p. 253).

A “objetividade” jornalística, que já destacamos a partir de Traquina (2003) ganharia, portanto, um novo sentido quando aliada à “imparcialidade” dos algoritmos e dados estatísticos. Já apontamos, no entanto, a partir de Orlandi (1996), Gallo (2011) e de Pequeno (2020) que nem algoritmos e nem dados podem ser considerados naturais ou neutros. Anteriormente, já comentamos brevemente, com Mariani (1998), Flores (2016) e Nunes (2012) sobre os diversos atravessamentos que constituem o discurso jornalístico e a formulação de uma notícia. Se a única realidade que o jornalista pode “espelhar” é fragmentada, como um espelho em estilhaços, quais fragmentos são silenciados quando se “entrevista planilhas”?

Os dados, até serem nomeados como tal, são formulados e circulam<sup>9</sup> por diversas materialidades, desde a “coleta” até a “publicação”. Para que secretarias estaduais de saúde, por exemplo, possam saber quantas pessoas morreram no Brasil por consequência da Covid-19 em um dia, hospitais informam por um sistema informatizado a quantidade de óbitos que tiveram. Desde falhas nesse sistema até pessoas que morreram em outros locais ou que tiveram exames falso-negativos podem influenciar nessa contagem. Há ainda uma diferença quando observamos quem é que enuncia a partir desses dados. Se um infectologista vai à televisão e divulga tais dados, temos um efeito de sentido. Se, ao contrário, um repórter entra ao vivo, em frente a um hospital, e fala sobre dados que foram divulgados pelo Ministério da Saúde, perceberemos outro efeito. Podemos pensar ainda em um jornalista que entra em um estúdio e divulga dados coletados pelo Consórcio de Veículos de imprensa, e teremos ainda outro efeito de sentido. Mas podemos pensar também que os mesmos dados, vindos do mesmo lugar, como o Ministério da Saúde, por exemplo, têm efeitos de sentido diferentes se lidos pelo infectologista, pelo repórter na rua ou pelo jornalista no estúdio, e ainda se é um mesmo âncora que lê dados vindos ou do Ministério ou do Consórcio, como veremos nos próximos capítulos.

Discursivamente, podemos também pensar que o recorte “pessoas que morreram nas últimas 24 horas” apaga outros recortes possíveis, como “pessoas que morreram entre 0h e 23h59min do dia X”, entre várias outras possibilidades que tornariam qualquer texto

---

<sup>9</sup> Para Orlandi (2012, p. 9): “Os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes: 1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto ideológico mais amplo; 2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e 3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições”.

impossível de ser fechado.<sup>10</sup> Uma planilha criada para contabilizar o “número de mortos nas últimas 24h no Brasil”, ao contrário, traz um dado livre de qualquer “interferência” que possa abalar a “exatidão” da informação jornalística. Orlandi (2002, p. 107) diz que o silêncio “[...] joga também na configuração da unidade textual significando aquilo que é preciso não dizer para que o texto se feche e, em consequência, seja coerente, não-contraditório, capaz de unidade, de progressão em uma direção dada, tendo consequências discursivas conformes”. Podemos nos perguntar pelo que é silenciado quando a “objetividade” jornalística encontra a “objetividade” dos dados. O “espelho” do jornalismo de dados, que reflete uma “realidade” duplamente objetiva, pode se estilhaçar de outra maneira com a questão: como os dados são formulados?

### 2.3 OS DADOS SOBRE A COVID-19 E O TELEJORNALISMO

Com uma planilha que contenha “o número de mortos nas últimas 24h no Brasil”, um jornal pode formular novas informações, como o “número de mortos nas últimas 24h em Santa Catarina”, ou ainda reunir dados de diversos dias e informar o “número de mortos na última semana no Brasil”. Essa prática foi vista diariamente no Jornal Nacional, no espaço nomeado como “Central da Covid”, que construía gráficos, realizava operações aritméticas e combinava números de diferentes períodos temporais para gerar novas informações a partir dos “números de mortos” diariamente coletados pelo Consórcio de Veículos de Imprensa.

A Central da Covid foi ao ar pela primeira vez em 09 de julho de 2020 e esteve diariamente no Jornal Nacional até 12 de agosto de 2022, quando foi tirada do ar sem alarde. Já o Consórcio de veículos de imprensa foi anunciado em 08 de junho de 2020 e encerrado em 28 de janeiro de 2023, com direito a reportagem no telejornal sobre seu encerramento.<sup>11</sup> Os dados eram a base para a Central da Covid. A partir do silêncio que constitui tanto a formulação de algum dado quanto uma informação produzida a partir de dados, deslocam-se

---

<sup>10</sup> Tanto o fechamento de uma edição de jornal quanto o efeito de fecho que Gallo (2011) conceitua.

<sup>11</sup> Tanto a silenciosa saída do ar da Central da Covid quanto o anúncio do fim do Consórcio dão margem para estudos posteriores a partir de questões que abordaremos neste trabalho, como o funcionamento da repetição a partir da espetacularização midiática.

os sentidos de morte por Covid-19, mas também os sentidos de “dados sobre a pandemia”. Renata Pimentel (2008), em busca de compreender os rituais que falham em telejornais, afirma:

Os telejornais participam da constituição de um imaginário de atualização e de “estar bem informado”, fazendo parte do mundo, que se configura como uma exigência de mercado e mesmo social. Imediatez, efêmero, descontinuidade (no sentido de gerar o novo pelo apagamento de sua continuidade) e consumismo, antes mesmo de participarem da constituição de sentidos produzidos e propagados pela instituição jornalística, funcionam na sociedade capitalista do mundo ocidental no qual vivemos (PIMENTEL, 2008, p. 125).

Os dados sobre a pandemia, ao circularem em um telejornal, passam a ser “novos” por si, e não por uma sucessão em sua historicidade. Orlandi (2012, p. 182) afirma que a televisão, de modo geral, “[...] *anula* a memória, a reduz a uma sucessão de fatos com sentidos (dados) quando, na realidade, o que se tem são fatos que reclamam sentidos. É esse reclamar sentido que permitiria a historicização [...]”. Os dados, midiaticizados, estabilizam logicamente uma realidade, como abordaremos no capítulo 4 deste trabalho. Na Central da Covid, podemos ver esse funcionamento nas diversas formas de apresentação dos “números da pandemia”.

Figura 1 – Capturas de tela da edição de 09/07/2020 do Jornal Nacional



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8687596/> Acesso em: 18 ago. 2022

Os dados não noticiam mortes, mas sustentam informações sobre quantas pessoas morrem, em média, por Covid-19 no país, ou ainda sobre em quais regiões do país mais se morre por Covid-19 em um determinado período, como vemos na Figura 1. São informações que, em sua discursividade, não estão mais ligadas aos lugares de “coleta” desses dados:

hospitais, secretarias de saúde, entre outros. Anteriormente, já falamos sobre as materialidades linguísticas, históricas e técnicas que constituem o discurso. Entretanto, um telejornal é constituído ainda de outras materialidades significantes, que precisam ser analisadas em seu entremeio, em sua contradição, conforme Lagazzi (2011):

As formulações “intersecção de diferentes materialidades” e “imbricação material significativa” ressaltam que não se trata de analisarmos a imagem e a fala e a musicalidade, por exemplo, como acréscimos uma da outra, mas de analisarmos as diferentes materialidades significantes uma no entremeio da outra (LAGAZZI, 2011, p. 402).

Ainda para a autora, precisamos, em nossa prática analítica, levar em conta as diferentes materialidades significantes sem desconsiderar as especificidades de cada uma delas. Pimentel (2008, p. 117) vai ao encontro de Lagazzi ao afirmar que “[...] a especificidade telejornalística não está na imagem, como não está na linguagem verbalizada, mas na conjunção constitutiva que torna possível o telejornal”. Para esta análise, portanto, levaremos em conta tanto as diferentes materialidades que compõem uma discursividade sobre dados e sobre jornalismo de dados, quanto a imbricação material constitutiva do telejornalismo.

### 3 PANDEMIA: MORTE E ACONTECIMENTO

Até o momento, nós nos perguntamos sobre qual a realidade que o jornalista, em sua posição-sujeito assumida, espelha de forma fragmentária. Já citamos Flores (2016) para lembrar que, na prática jornalística dos veículos tradicionais, há a transformação de um acontecimento em produto, mas sem definirmos o que seria um acontecimento. Em seguida, falamos dos deslocamentos possíveis que ocorrem quando jornalistas ao invés de fontes humanas “entrevistam planilhas”, conforme Träsel (2014). Percebemos que, quando a “objetividade” jornalística encontra a “objetividade” dos dados, ocorre algo que chamamos de “dupla fragmentação” dessa realidade que é espelhada por um jornalista em sua posição-sujeito. Mas nos perguntamos: como essa posição-sujeito se desloca de suas práticas habituais, neste caso a apuração a partir de fontes humanas, para dar conta de “entrevistar planilhas”? Como essa dupla fragmentação se tornou possível?

Demonstramos brevemente de que maneira a Central da Covid pode ser considerada um exemplo do que definimos como jornalismo de dados, com silenciamentos e deslocamentos na discursivização dos dados sobre pessoas que morreram por conta da Covid-19 no Brasil. A Central da Covid, no entanto, só passou a existir porque centenas de milhares de pessoas morreram. E essas mortes numeradas pela Central foram contabilizadas não por instituições governamentais ou de pesquisa, mas pelo Consórcio de Veículos de Imprensa. O Consórcio surgiu a partir da censura dos números da contagem de mortos feita por parte do Governo Federal em um momento de agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil. E a pandemia, por sua vez, além de mortes, trouxe um encontro entre memórias e atualidades que precisa ser compreendido se quisermos tentar responder às questões do parágrafo anterior.

É Pêcheux (2015) quem diz que um acontecimento se dá no encontro entre uma atualidade e uma memória. Antes de falar sobre acontecimento, no entanto, vamos nos ater à noção de memória discursiva.

### 3.1 MEMÓRIA E ACONTECIMENTO

A memória, segundo Pêcheux (1999), não é aquela própria de um “indivíduo”, mas sim o entrecruzamento de sentidos entre práticas sociais e históricas. A memória discursiva é, então, parte do processo de identificação do sujeito com uma posição no discurso, e é também a mobilização do interdiscurso a partir de uma formação ideológica. Ou seja, o sujeito só produz efeitos de sentido em função da memória que permeia as formações discursivas que o dominam e determinam sua relação com o interdiscurso.

Mas é também Pêcheux (1999, p. 56) quem faz o alerta: “[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo [...]”. Ao contrário, para ele, a memória é um espaço de deslocamentos, polêmicas e retomadas e, mais do que isso, a marca de um real histórico que remete a um “outro” exterior. Lembramos que o real da história e o real da língua são inacessíveis ao sujeito, que jamais irá conseguir simbolizá-los e que terá que se contentar com as formas materiais desse real histórico e linguístico que ele mesmo discursiviza. No encontro entre o histórico e o sujeito, como citamos a partir de Orlandi (1999), há o sentido e, ao produzir sentido, o sujeito se produz. A autora chama de acontecimento simbólico a constante constituição dessa dimensão histórica do sujeito.

O acontecimento simbólico diz respeito ao sujeito que se produz no discurso a partir de sua relação com o real intermediada pelo simbólico, e o efeito de sentido produzido aí não é qualquer um, mas determinado pela formação discursiva, pela memória. Courtine (2022, p. 137, grifos do autor) afirma que “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Courtine (2022), em uma articulação entre Michel Foucault e Michel Pêcheux, autores que formularam cada qual a seu modo a noção de formação discursiva (FD), relaciona essa noção à de memória discursiva.

[...] os objetos que chamamos “enunciados”, na formação dos quais se constitui o saber próprio a uma FD, existem no tempo *longo de uma memória*, ao passo que as “formulações” são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*. É então, exatamente, a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem

retorna na atualidade de uma “conjuntura discursiva”, e que designamos como efeito de memória (Courtine, 2022, p. 138, grifos do autor).

Para exemplificar, Freda Indursky (2003) apresenta, em uma retomada de Courtine (2022), uma estrutura em dois eixos: um vertical e um horizontal, pela qual o sujeito se move ao produzir seu discurso. O eixo vertical diz respeito ao interdiscurso, à rede de formulações existentes pela qual o sujeito mobiliza saberes no discurso. O eixo horizontal se relaciona com o intradiscurso, ou seja, com a apropriação e sintagmatização de um enunciado que atualizará o discurso no instante da enunciação. O eixo vertical é o da repetibilidade mas, ao enunciar, o sujeito reinscreve o dito no interdiscurso.

Para Indursky (2003, p.104, grifos da autora), “desse entrecruzamento resulta o *efeito de memória*, que é fortemente lacunar, possibilitando que os sentidos deslizem, derivem, se transformem, se re-signifiquem. É assim que entendo *memória discursiva* [...]”. O sujeito, então, não é apenas afetado por uma formação discursiva, mas também a desloca. Portanto, o sujeito não poderia se produzir enquanto produz sentido sem a “abertura das bordas”, as lacunas da memória. Essa abertura e possibilidade de deslocamento que torna possível a partir do que Pêcheux (1999) chama de acontecimento na análise do discurso.

Além da perspectiva teórica de Indursky, que nos ajuda a compreender os deslocamentos do sujeito no discurso como acontecimentos, podemos ainda pensar o acontecimento discursivo em sua dimensão histórica, naquilo que afeta o sujeito em sua produção simbólica, afinal, Orlandi (1999) já apontou essa concepção como acontecimento simbólico. Orlandi (2021, p. 3) a partir do acontecimento histórico que é a pandemia de Covid-19, afirma: “podemos considerar a Pandemia como um ‘acontecimento discursivo’ que domina as discursividades” e, mais a frente, explica:

A circulação de linguagem, nas condições de produção dos discursos que vivemos nesta conjuntura, se tingem das cores da pandemia, se espalha. Para usar uma palavra própria ao acontecimento discursivo que vivemos: “contamina” todos os sentidos. Casa vira “abrigo”, lugar seguro; o trabalho em casa, vira funcionalmente “home office”, compra de supermercado é “delivery” majoritariamente; como significar, efetivamente, o que é “aglomeração”? A partir de que número, de que situação? Funcionários da saúde, só neste momento, viram “heróis”. Antes não eram, mesmo que pensemos as condições do sistema de saúde no Brasil. “Vulnerabilidade” se substitui a pobreza, mas não só. Quando se trata da covid19 ou se tem os “infectados” ou os que estão em “recuperação” ou os “mortos”. E são x casos “registrados”. Suspeita nas palavras. Os números não fecham, mas estas categorias se mantêm como se, na sua manutenção, estivesse o controle do sistema de saúde. [...] De um lado, dificuldade de nomeação, de outro, o excesso de palavras

disponíveis. Na dificuldade de nomeação, tudo se veste de nome e de sentido, metaforizando-se, como efeito da pandemia (ORLANDI, 2021, p. 4-5).

Vemos o sujeito, portanto, se produzindo enquanto produz, simbolicamente, sentidos antes impensáveis sobre casa, trabalho, saúde e mortes, afetado por um acontecimento histórico que faz com que a relação sujeito-língua-história se desestabilize, que os efeitos de sentido se desloquem. O sujeito, enquanto acontecimento simbólico, desloca dizeres das formações discursivas às quais ele se filia por conta do acontecimento histórico. Temos, assim, o acontecimento discursivo, tomado aqui como resultado da relação entre o acontecimento simbólico em contradição com um acontecimento histórico<sup>12</sup>.

### 3.2 A DIMENSÃO HISTÓRICA DA PANDEMIA

Não podemos pensar a pandemia tão somente como uma consequência do surgimento de um vírus perigoso. A pandemia, como acontecimento histórico, é consequência direta de um emaranhado de relações sociais concretas. Conforme Slavoj Žižek (2020, p. 91):

Mais uma vez, não seria a epidemia do coronavírus um agenciamento desse tipo no qual se articulam um mecanismo viral (potencialmente) patógeno, agricultura industrializada, desenvolvimento global acelerado, hábitos culturais, comunicação internacional intensa etc. etc? A pandemia é uma mistura na qual se combinam inextricavelmente processos naturais, econômicos e culturais...

O autor escreveu uma série de pequenos artigos, compilados e lançados no Brasil ainda em 2020, ano em que a doença passou a ser considerada pandemia, e, para ele, estivemos cercados por uma crise tripla: “uma crise médica (a epidemia em si), uma crise econômica (que vai nos acertar em cheio independentemente do desfecho da epidemia) e, por

---

<sup>12</sup> A partir das noções de acontecimento histórico e de acontecimento discursivo, é possível encontrar autores que as relacionam com outros campos, como é o caso de Dela-Silva (2015). A autora parte da noção de acontecimento histórico para então compreender como se dá a prática jornalística que transforma determinados acontecimentos em fatos noticiosos a partir de gestos de interpretação da mídia, e chama esse processo de “acontecimento jornalístico”. Essa noção, portanto, ajudaria a explicar a repetição de determinados temas em pauta no jornalismo por uma via discursiva. Este trabalho, porém, relaciona o acontecimento histórico da pandemia com certas rupturas no discurso jornalístico, como veremos mais adiante, o que se distancia dessa formulação.

fim, uma crise de saúde mental, a qual não deve ser subestimada” (ŽIŽEK, 2020, p. 69). Žižek comenta que o risco do surgimento de um vírus como o causador da Covid-19 já vinha sendo apontado há anos por diferentes especialistas e instituições.

Vale pontuar que a divisão em três da crise nada tem a ver, para o autor, com a necessidade de se priorizar uma em relação à outra. Ainda de acordo com ele, as crises epidêmicas evidenciaram ainda mais as já conhecidas divisões de classe: enquanto uns podem fazer a quarentena e se manter isolados do risco de se contrair o vírus, outros tantos milhões precisam sair de casa para garantir o suprimento e a fabricação de serviços e produtos essenciais, que vão desde comida e energia elétrica até infraestrutura computacional e de telecomunicações. Žižek (2020), no entanto, destaca que diferentes grupos não sofrem menos por conta da pandemia: enquanto uns são obrigados a se expor ao vírus, outros tantos sofrem com ansiedade e depressão.

Žižek (2020) se questiona sobre o papel dos governos em relação a esse acontecimento. Países que outrora tinham políticas orientadas ao livre mercado e estado enxuto passaram a oferecer, por exemplo, vouchers temporários de renda mínima e a interferir na produção e venda, por empresas privadas, de insumos médicos e de proteção individual, para garantir a disponibilidade desses itens. A esse movimento, o autor chama de necessidade do “comunismo” para se lidar com a crise:

É aqui que entra meu “comunismo”, que não é nenhum sonho obscuro, mas simplesmente um nome para o que já está ocorrendo (ou ao menos sendo percebido por muitos como uma necessidade), para medidas que já estão sendo consideradas e até mesmo aplicadas em parte. É preciso não apenas que o Estado assuma um papel muito mais ativo - organizando a produção de materiais e equipamentos urgentemente necessários (como máscaras cirúrgicas, kits para diagnóstico e respiradores), apropriando-se de hotéis e outros resorts, garantindo o mínimo de sobrevivência a todos os novos desempregados e assim por diante - como que tudo isso seja feito basicamente ignorando os mecanismos de mercado. Só pense nas milhões de pessoas cujos trabalhos serão, ao menos por algum tempo, arruinados e desprovidos de sentido, assim como aqueles na indústria de turismo - suas vidas não devem de forma alguma ser deixadas a meros mecanismos de mercado ou a estímulos pontuais (ŽIŽEK, 2020, p. 77).

Começamos a perceber, a partir de Žižek, que se tornaria discursivamente controverso para um governo como o que estava no poder em 2020 no Brasil aceitar a tomar as medidas necessárias para controlar a disseminação do vírus e não expor vidas ao risco iminente de morte. Nas palavras do então presidente brasileiro: “se nós nos acovardamos,

formos para o discurso fácil, todo mundo em casa, vai ser o caos, ninguém vai produzir mais nada"<sup>13</sup> ou então “não podemos viver em um país de maricas, temos que enfrentar de peito aberto, lutar”<sup>14</sup>. É ainda Žižek (2020) quem aponta que uma lógica de sobrevivência do mais apto, por exemplo, não vale nem mesmo dentro de uma ética militar, onde soldados mais feridos numa guerra são os primeiros a receber cuidados. Para o autor, esse enfoque na responsabilização de um indivíduo ofusca a questão de uma necessária mudança no sistema econômico e social. A resistência do governo brasileiro às medidas necessárias para salvar vidas materializam uma posição de identificação com a ideologia capitalista e, mais precisamente, neoliberal.

A atual forma do capitalismo, segundo Alysson Leandro Mascaro (2020), ajuda a explicar melhor as condições nas quais se tornou possível uma crise como a causada pela Covid-19. Para ele, o neoliberalismo, longe de ser responsável único, é apenas um modelo em processo de esgotamento que indica também o esgotamento do capitalismo como um todo, e a pandemia apenas evidenciou a crise social e histórica já em curso. Mascaro (2020, p. 5), diz que:

No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é a crise.

O que vemos nas falas já citadas do então presidente é o funcionamento dessa dinâmica: a maioria dos habitantes do Brasil deveria, por sua própria necessidade e à sua própria sorte, buscar meios de subsistir e de sustentar a própria família, como se o governo “não existisse”, dentro de uma lógica neoliberal, e não tivesse poder para fazer nada além de impedir o chamado isolamento social, tachado como responsável pela perda de oportunidades de trabalho por conta do fechamento temporário de comércios e outras empresas. Como Mascaro (2020) explica, a forma de lidar com a crise experienciada pelos governos dos Estados Unidos e do Brasil à época para a crise desencadeada pelo Coronavírus foi em etapas: a primeira, lançar mão do negacionismo em geral sobre a doença e sobre as medidas de prevenção, seguida por uma negação estratégica do que pode ser feito pelo próprio governo e,

<sup>13</sup> Frase dita em entrevista coletiva na frente do Palácio do Alvorada a jornalistas em 25 de março de 2020.

<sup>14</sup> Em cerimônia televisionada no Palácio do Planalto no dia 10 de novembro de 2020.

por fim, uma estratégia econômica eficiente de assistência a grandes corporações e deficitária a “pessoas físicas” e a pequenas e médias empresas.

Diante da crise que satisfaz o capitalismo e do jogo de forças que levou governos ora a ceder a práticas “comunistas”, ora a recrudescer ações que colocaram em risco a vida de milhões de pessoas, o que significa dizer que pessoas morreram? Quais são os efeitos de sentido sobre essas mortes? O Consórcio de Veículos de Imprensa foi criado por conta de um silenciamento local por parte do governo federal. O então presidente afirmou: “acabou matéria no Jornal Nacional”<sup>15</sup>. Precisamos, portanto, compreender o que essas mortes significaram para o governo à época para então, posteriormente, analisar quais matérias do Jornal Nacional “deveriam acabar”, quais acabaram de fato, porque acabaram e, principalmente, o que surgiu para ocupar o lugar dessas matérias que “acabaram”.

Nesse caso, não estamos diante de uma censura como a executada pela ditadura militar iniciada em 1964, na qual, como recorda Orlandi (2002), jornais tinham textos inteiros suprimidos e, em seu lugar, receitas de culinária ou poesias significavam por serem traços dessa censura. Vimos, porém, uma tentativa de proibição de circulação de sentidos. Segundo o então presidente: “às vezes a pessoa tem dez comorbidades, 94 anos, e pegou o vírus. Potencializa. A Globo, o Jornal Nacional, gostam de dizer que o Brasil é recordista em mortes. Falta, inclusive, seriedade”<sup>16</sup>. Novamente, temos o funcionamento da lógica de sobrevivência do mais forte: quem é mais vulnerável ao coronavírus não merece ter sua morte destacada. Observamos o efeito de memória dessa posição identificada ao discurso neoliberal, que retoma formulações que colocam como natural a submissão dos “mais fracos”. Trata-se de um funcionamento ideológico que naturaliza a exploração do trabalho e que permite, pelo discurso, a produção de uma des-responsabilização por mortes que poderiam ser evitadas. O Jornal Nacional, portanto, seria uma ameaça que precisaria ser silenciada.

“Acabar” com as matérias do Jornal Nacional seria tentar “acabar” com narrativas que possam levar ao “acovardamento” da população, que precisa “lutar” enquanto for capaz de “lutar de peito aberto”. É um cerceamento da “liberdade de sentir”, vinda de um presidente que vincula “liberdade” com “morte” sem pudor: “mais importante que a vida, é a liberdade

---

<sup>15</sup> Ao ser questionado por repórteres sobre a mudança no horário da divulgação do número de mortos pelo coronavírus, na frente do Palácio da Alvorada, no dia 5 de junho de 2020.

<sup>16</sup> *Idem*.

[...], morre muito mais gente de pavor do que de um ato em si”<sup>17</sup>. Os sentidos de “morte” efetivados pelo Jornal Nacional, portanto, soaram ameaçadores para o então presidente do executivo. Na esteira da “dataficação da vida”, as “mortes”, o “número de mortes” e os “dados sobre morte” têm efeitos de sentido que se confundem. Antes de compreendermos quais seriam esses efeitos de sentido, no entanto, precisamos nos ater sobre o que significou “morte” neste governo que foi fortemente neoliberal e que enuncia, como apontou Indursky (2019), a partir de uma posição-sujeito fascista, em contraste com o que poderia ter sido a atuação de um governo centrado em salvar vidas.

### 3.3 A MORTE DE CPFS

Em 23 de abril de 2021, o então presidente da República apareceu em uma foto publicada oficialmente pelo Palácio do Planalto, na qual ele está nos bastidores de uma participação que fez ao programa televisivo Alerta Nacional, gerado na cidade de Manaus pela TV A Crítica e exibido em rede nacional pela Rede TV!.

---

<sup>17</sup> Durante uma transmissão ao vivo pela internet em seu próprio perfil numa rede social, no dia 21 de maio de 2020.

Figura 2 – bastidores da participação do 38º Presidente da República no programa Alerta Nacional



Fonte: perfil do Palácio do Planalto na rede social Flickr. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciiodoplanalto/51135605690> . Acesso em 10 fev. 2023.

Na foto, vemos o então presidente segurando uma réplica ampliada de um documento de Cadastro de Pessoa Física (CPF) que tem aplicada em si uma tarja vermelha com a palavra “cancelado”. O presidente está sentado ao lado do apresentador do programa e cercado de outras pessoas, entre elas os ministros do Turismo e da Educação naquele momento. A imagem faz alusão à expressão “CPF cancelado”. Explicações que circularam na grande mídia dão conta de “a expressão é comumente utilizada no meio policial para se referir a execuções ou mortes”<sup>18</sup> ou, como Guilherme Boulos sugeriu via Twitter, “é uma gíria usada por milícias e grupos de extermínio para comemorar mortes”<sup>19</sup>. No programa Alerta Nacional, a réplica rotineiramente é levada ao ar segura por assistentes de palco que entram dançando

<sup>18</sup> Coluna Sonar, Jornal O Globo, publicada em 26 de abril de 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/foto-de-bolsonaro-com-cartaz-de-cpf-cancelado-ge-ra-criticas-nas-redes-sociais.html> . Acesso em 10 fev. 2023.

<sup>19</sup> Perfil de Guilherme Boulos no Twitter. Disponível em <https://twitter.com/GuilhermeBoulos/status/1386165659575410698/> . Acesso em 10 fev. 2023

no cenário para comemorar a morte de pessoas consideradas “bandidos” pela produção e pelo apresentador do programa. Esse programa materializa, como lembra Boulos, a relação desse tipo de programa televisivo, dito “policial”, com a espetacularização da violência, midiaticando e performando a partir de uma relação imbricada com espaços prisionais, policiais e organizações criminosas.

A imagem circulou em um momento no qual os registros de mortes por Covid-19 estavam trazendo diariamente números considerados altos por quem acompanhava diariamente os dados. Logo, os efeitos de sentido sobre essa imagem foram ganhando também os contornos das mortes por Covid-19 negligenciadas pelo então chefe do executivo. Essa imagem só pode ser lida a partir da rede de formulações à qual se insere. Quem pode rir, como mostra a foto, da morte de CPFs numa conjuntura em que a sociedade estava sendo assolada por uma pandemia? Intradiscurso e interdiscurso se encontram aqui na produção de um acontecimento.

Pouco menos de um ano antes do episódio da foto acima, o então presidente se reuniu com representantes patronais de diversos setores industriais no Superior Tribunal Federal (STF)<sup>20</sup>. Durante a reunião, o presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), Synésio Batista da Costa, afirmou: “O meu coração tá batendo a 40, eu não consigo retomar, os funcionários caem todos de novo na nossa folha, aí eu tenho o inimigo lá fora, que é meu adversário comercial, prontinho para suprir o mercado interno. E então haverá a morte de CNPJs”.

Para Mascaro (2020):

Nestes dias correntes, as propensões de Trump e Bolsonaro e dos capitalistas seus áulicos contra quarentenas e a favor da circulação de pessoas e do envio dos pobres aos postos de trabalho são provas de que sequer questões de vida e morte detêm o interesse do capital. Nazismo, fascismos e genocídios não são pontos abomináveis do sistema; são suas margens extremas e possíveis.

Percebemos, na contradição entre as expressões “CPF cancelado” e “morte de CNPJs”<sup>21</sup> que empresas se metaforizam em seres que teriam pulsação e corações que batem,

<sup>20</sup> Reunião realizada no dia 7 de maio de 2020, na qual o presidente do executivo levou o então ministro da Economia e mais quinze empresários para tentar pressionar ministros do STF a determinarem relaxamentos nas políticas de isolamento social.

<sup>21</sup> As siglas “Cadastro de Pessoa Física” e “Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica” demonstram esse apagamento do status de “pessoa” de que é algo além de “físico”, e também o “nacionalismo” de quem é jurídico. Basta ser físico para ser pessoa, mas empresas no Brasil são pessoas? Observamos que essas siglas evidenciam a

enquanto “pessoas físicas”, como significa parte da sigla “CPF”, são meramente números que podem ser cancelados, deixarem de existir em uma ação rápida como um disparo de tiro, mesmo que “ludem” de “peito aberto”. Quem tem o CPF cancelado está em situação marginal, o cancelamento é decorrente do desvio desse indivíduo, como quem não paga suas contas em dia ou não obedece às leis. O próprio indivíduo é a causa de sua exclusão da sociedade, em uma responsabilização individual própria do *sujeito de direito* que se constitui com o capitalismo. Um “bandido morto” é um “CPF cancelado” no extremo dessa lógica.

A morte de CNPJ, ao contrário, atribui à empresa uma posição de sujeito “passivo”, que sofre a ação. A causa não está necessariamente no CNPJ. Na formulação do presidente da ABRINQ esse sentido está materializado nas figuras do “inimigo comercial” e do Estado. Um que é seu concorrente, pode eliminá-lo. O outro é o Estado, que “ajuda o inimigo” ao obrigar ao pagamento de direitos trabalhistas que supostamente não permitem a ele concorrer com o mercado externo. O CNPJ é duplamente assassinado. Empresas e pessoas “morrem” pelo capital, mas somente os CNPJs têm permissão para agonizar.

O Cadastro de Pessoas Físicas, no entanto, nos mostra mais do que uma simples propensão do capitalismo a se extremar ancorado em uma política de governo reacionária. Pêcheux (1975) aponta que o direito, enquanto ideologia jurídica, se desprende da igreja a partir do fim da idade média e que, nessa cisão, o processo de interpelação-identificação imposto por relações sociais jurídico-ideológicas passou a *produzir* um *sujeito de direito* livre e autônomo. Segundo Federici (2017), que cita o “disciplinamento do corpo” definido por Michel Foucault, a segregação entre “as forças da razão” e os “baixos instintos do corpo” foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo. A autora demonstra que o uso do corpo como fonte de obtenção de prazer e de transcendência, ou mesmo como espécie de invólucro de um ser divino maior e onipresente, para além de uma realidade imediata e física, não condizia com a forma-sujeito capitalista que estaria se moldando a partir do século XV na Europa.

Ainda para Federici (2017), o corpo passou por uma mecanização, para se enquadrar dentro de uma lógica de consumo/venda da força de trabalho. Em um modelo cartesiano, o corpo de um indivíduo passou a “ser” máquina, e esse processo foi também social:

---

equivalência jurídica entre essas duas entidades chamadas de “pessoas”, que podem ser compreendidas assim a partir do Estado de direito.

O caminho da racionalização científica confluiu com o disciplinamento do corpo social de maneira ainda mais evidente nas ciências sociais. Podemos ver, efetivamente, que seu desenvolvimento teve como premissas a homogeneização do comportamento social e a construção de um indivíduo prototípico ao que se esperava que todos se ajustassem. [...]. A construção deste novo indivíduo foi a base para o desenvolvimento do que William Petty chamaria mais tarde (usando a terminologia hobbesiana) de aritmética política — uma nova ciência que estudaria cada forma de comportamento social em termos de números, pesos e medidas. O projeto de Petty se realizou com o desenvolvimento da estatística e da demografia [...]” (FEDERICI, 2017, p. 266-267).

Temos, portanto, uma forma-sujeito capitalista que surge a partir da mecanicização do corpo e da regulação de um Estado não mais estruturado por mandamentos divinos, mas sim por leis jurídicas, que formam a base de um sistema que passa a medir, contabilizar e registrar cada um dos indivíduos interpelados em *sujeitos de direito*, que podemos chamar também de sujeitos pragmáticos a partir de Pêcheux (2015)<sup>22</sup>. O cadastro de “pessoas físicas” é resultado desse processo histórico, que culmina tanto na forma-sujeito autônoma, livre e dona de si quanto na morte vista como mero "cancelamento", um valor numérico a ser decrescido da contagem demográfica da população. Neste caso, tanto “bandidos” quanto pessoas do grupo de risco não servem ao Estado. Os primeiros por não entregarem seus corpos ao trabalho e os segundos por serem corpos que não atendem às expectativas do capital.

### 3.4 A DEMISSÃO DO MINISTRO DA SAÚDE

“Foi um divórcio consensual”<sup>23</sup>. Foi assim que o então presidente da república se referiu à demissão do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Ao se valer da metáfora do âmbito civil, comparando a relação entre presidente e ministro como um casamento que chega ao fim, é possível observarmos que Jair Bolsonaro, do lugar social de presidente, produz sentidos que apagam o fato de que aí não se tratava de um simples desacordo e/ou divergência de opiniões que possivelmente levam a um divórcio. No campo

<sup>22</sup> Cf capítulo 2.2.

<sup>23</sup> Frase dita em um pronunciamento oficial no Palácio do Planalto, televisionado no dia 16 de abril de 2020.

político, a demissão “consensual” não só busca minimizar um desgaste ainda maior para o governo que perde um ministro, quanto significa o fim de uma cisão em relação à forma como o governo lidava com a pandemia de Covid-19 no Brasil. Já demonstramos a partir de Žižek (2020) e de Mascaro (2020) que os países capitalistas assumiram duas formas de gestão da pandemia: ou com o “comunismo necessário” ou então com uma estratégia negacionista de que “a economia não pode parar apesar do vírus”.

Enquanto Mandetta estava à frente do ministério, as ações ministeriais apontavam para o caminho do “comunismo necessário”, com medidas de isolamento social para toda a população, medição e acompanhamento de dados coletados sobre o número de casos e de mortes, transmissões diárias em vídeo feitas pelo ministro com orientações e ainda a gestão nacional de insumos, equipamentos e medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Por outro lado, o então presidente defendia que a Covid-19 não era tão grave quanto a possibilidade de “a economia parar”, como já evidenciamos nos parágrafos anteriores.

Foi a partir da demissão de Mandetta que o executivo passou a controlar diretamente a divulgação e a censura de dados sobre as mortes por Covid-19 apuradas pelo Ministério da Saúde. Como parte da estratégia negacionista, o confronto entre o então presidente e os veículos de mídia tradicionais ficou ainda mais intenso por conta da tentativa do presidente de atrapalhar a divulgação dos dados. Esses veículos, nomeadamente o Jornal Nacional, foram, portanto, colocados na cena da enunciação como adversários do então presidente por ocuparem o lugar, segundo o próprio ex-presidente, de defensores das medidas que estamos nomeando aqui de “comunistas” a partir de Žižek (2020).

Por sua vez, os veículos tradicionais também discutiram as ações do Governo Federal relativas à gestão da Pandemia. Neste trabalho, observamos especificamente o Jornal Nacional para compreender como foi possível o surgimento do Consórcio de Veículos de imprensa, a partir do próximo capítulo não mais sob a ótica do Governo Federal, que tem sua política de morte baseada no controle social dos corpos em função do capital, mas a partir da memória midiática, com pré-construídos que vão além dos mobilizados pelas mortes de CPFs, historicamente ligados ao surgimento da forma-sujeito do capitalismo que concomita a interpelação de *sujeitos de direito*.

Como o Jornal Nacional discursivizou as mortes por Covid-19 e a tentativa de censura dos dados por parte do Governo Federal? Os veículos de mídia tradicionais surgem

também ancorados sob o discurso jurídico, conforme Mariani (1998)<sup>24</sup>, mas funcionam a partir de uma repetição que apaga a historicidade de uma memória, de acordo com Orlandi (2012)<sup>25</sup>. Precisamos, então, compreender os deslocamentos dos sentidos sobre morte no Jornal Nacional desde os primeiros casos de Covid-19 no mundo e no Brasil até a criação tanto do Consórcio de Veículos de Imprensa quanto da Central da Covid no Jornal Nacional. Para isso, vamos continuar a observar o que disse Federici (2017) sobre a cisão e a mecanização dos corpos, mas agora nos perguntando o que dessa racionalização aparece nas mortes informadas pelo Jornal Nacional.

---

<sup>24</sup> Cf capítulo 2.1.

<sup>25</sup> Cf capítulo 2.3.

#### 4 O JORNALISTA DESLOCADO PELOS DADOS

No capítulo anterior, pudemos observar, a partir de Federici (2017), como se deu o processo de mecanicização dos corpos na fase inicial do capitalismo, e pudemos perceber materialmente esse funcionamento na atualidade a partir da discursivização das mortes pelo Governo Federal no ápice das mortes por Covid-19 no Brasil. Mas a divisão binária “corpo/razão” indica que há dois elementos artificialmente segregados pelo capital. O corpo, mecanizado. Já “a razão” passa a ser constituída no *sujeito de direito*, enquanto posição, também pelo discurso midiático, conforme Pêcheux (2015) aponta ao mostrar o deslizamento de dizeres próprios de uma cobertura esportiva televisionada para o campo de uma disputa político-partidária.

Na segunda metade do século XX, Guy Debord (1997) propôs uma série de “teses” sobre o que chamou de sociedade do espetáculo. A primeira é a seguinte: “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13, grifo do autor). Para o autor, a divisão de um indivíduo se dá também na experiência dele com o mundo, que passa a não mais ser “diretamente vivida”, mas intermediada por uma seleção de imagens.

Essas imagens, no entanto, não são quaisquer umas, mas especificamente aquelas que são massivamente consumidas. A imagem, dessa forma, é o que fecha o par trabalho/consumo do modo de produção capitalista. Para Gabriel Zacarias (2022), “a imagem na sociedade do espetáculo está para a mercadoria na sociedade capitalista”. Sabemos que o sujeito só tem acesso às formas materiais, simbolizadas, do real, mas o que leva Debord falar em sociedade do espetáculo é a representação desse real pela imagem, como se fosse “previamente simbolizada” antes de ser “apresentada” ao sujeito. Dessa forma, a imagem é, para o autor, uma representação.

É Zacarias (2022, p. 35) quem nos explica que o que permite a Debord definir uma sociedade do espetáculo é “[...] precisamente essa distância que se insinua entre uma experiência efetiva, que não encontra meios de simbolização, e uma representação consumível, que não emana de nenhum vivido concreto”. Discursivamente, porém, não

podemos afirmar que existam de fato “representações”, pois diferentes condições concretas de produção constituem diferentes materialidades que, imbricadas de outro modo, apenas poderão funcionar como um efeito de representação, tal qual Pequeno (2020) demonstra, como exemplo, a partir da afirmação de que a escrita é a representação da fala:

O que pode ficar confuso aqui, portanto, é a diferença entre a empiricidade do aqui e agora, (no tempo e no espaço físico) e o efeito de aqui e agora (efeito simbólico de legitimidade, veracidade, fidelidade e assim por diante). Pois a relação do texto com as particularidades da matéria na qual toma corpo tem efeitos no próprio texto. Essa é a questão central da dimensão da linha da escrita. Há um aqui e um agora da escrita. Ele só não é nem dito aqui, nem agora. Se fosse seria fala. A linearidade (o tempo representado na linha) não é, portanto, uma representação do tempo da fala, mas uma invenção da técnica da escrita: a invenção da temporalidade da escrita. (PEQUENO, 2019, p. 85)

Esse efeito de representação, portanto, é possível a partir de um apagamento de diferentes materialidades no discurso. Para além dessa questão, porém, a imagem por si só colocou questões também para Pêcheux, que primeiramente a definiu como “[...] um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar [...]” (PÊCHEUX, 1999, p. 51) e, em seguida, como “[...] opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura [...]” (PÊCHEUX, 1999, p. 55). Pêcheux, portanto, toma discursivamente a imagem como repetição de uma memória que, como já mencionamos, é sempre passível de deslocamentos e retomadas, e não apenas como “representação de um vivido”, diretamente assimilável, como propôs Debord (1997).

A imagem é, no entanto, apenas uma das questões mobilizadas por Debord para compreender o espetáculo. Zacarias (2022) afirma que a sociedade do espetáculo só é possível por conta de uma expropriação do tempo, ou seja, com o surgimento de um tipo de concepção de tempo linear e fechado em si mesmo que é, simultaneamente, comum a todos e ilusoriamente “disponível” como se fosse natural para o sujeito. Para Zacarias (2022, p. 81), “a própria experiência da existência do sujeito, na multiplicidade de suas relações com o mundo, é transformada em uma mercadoria cujo enquadramento é o bloco temporal. Um bloco de tempo fechado e pronto, como um ‘já vivido’”.

Por outra via, Genro Filho (1989) também aponta para os limites dessa questão. O autor afirma que “em qualquer situação, a realidade *jamais* é percebida de modo direto, como algo *natural*, à margem das mediações histórico-sociais” (GENRO FILHO, 1989, p. 128,

grifos do autor), e conclui que essa “reprodução dos acontecimentos” seria apenas “*como algo* que estivesse sendo imediatamente vivido” (GENRO FILHO, 1989, p. 128, grifos nossos). Ao falarmos de imagem e de tempo como mercadoria, podemos pensar analogamente no funcionamento de um telejornal, que possui blocos de tempo permeados por imagens que são diariamente trocadas, sem que deixem de ser mercadorias, ou seja, de mesmo valor às que já foram ao ar.

Já comentamos sobre a constituição da notícia como mercadoria, a partir de Flores (2016), de Genro Filho (1989) e de Nunes (2012), porém a circulação desse “produto-notícia” é consequência do que Debord chama de sociedade do espetáculo. Flores (2022), ao retomar Debord, afirma que a mídia funciona como um espetáculo a ser consumido porque o telespectador se reconhece e se envolve com o que ela produz. O que Debord nos faz perceber é que há um efeito de substituição de um vivido por uma “representação espetacular desse vivido” em um telejornal, como exemplo. A morte, por exemplo, na forma-sujeito capitalista se torna demografia, registro de óbito, mas a experiência de luto, pelo contrário, passa a ser espetacularizada, dia após dia, nos veículos de comunicação de massa. Em nosso caso, a cada edição de um telejornal:

O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por “coisas supra-sensíveis embora sensíveis”, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência (DEBORD, 1997, p. 28).

O bloco temporal, como mercadoria, também é passível de troca sem que seu valor de uso seja prejudicado. A troca de uma mercadoria por outra não faz com que ela perca seu valor. Discursivamente, porém, a repetição traz deslocamento de sentidos. Nós já citamos Orlandi (2012) para dizer que, na televisão, há uma anulação da memória, uma des-historicização de fatos. A autora afirma que a televisão, entre outras coisas:

[...] afeta a relação quantidade/tempo. Anula a *demora*, elide a *espera*, instala o regime de urgência. Desfaz a necessidade cronológica: individualiza e instantaneiza. [...] Ela o subtrai [o telespectador] de sua temporalidade, de seu acontecimento pessoal, na história. O seu olho, o olho do espectador, é o olhar do instrumento (ORLANDI, 2012, p. 179, grifos da autora).

E essa instrumentalização, para Orlandi (2012, p. 180), permite que a televisão apresente ao espectador uma “variedade do mesmo em série”. Como exemplo, a autora cita as telenovelas, que repetem uma mesma história de ricos e pobres que se envolvem em cenários variados, em faixas horárias variadas e com atores variados, mas com a mesma narrativa de casos amorosos, traições e vilanias. Nós complementamos com o exemplo do luto no telejornal, que envolve depoimentos de pessoas próximas ao morto, esclarecimentos sobre as causas da morte, cenas do local da morte e do funeral, se disponíveis, e ainda momentos de silêncio ao final do telejornal. Tudo isso em uma imbricação material que, como diz Lagazzi (2011), significa em seu entremeio.

Pimentel (2008) percebeu esse deslocamento espaço-temporal no telejornalismo ao retomar a questão da “vontade de verdade”<sup>26</sup> de Foucault: “essa ‘vontade de verdade’ encontra lugar no telejornalismo em seu funcionamento ritual, na crença que põe em relação sujeitos institucionais (institucionalizados) e sujeitos tele-espectadores, numa re-configuração espaço-temporal” (PIMENTEL, 2008, p. 26). Esse deslocamento espaço-temporal no jornalismo vem, então, do deslocamento temporal que a própria televisão causa, e todos esses deslocamentos têm em comum o “efeito de substituição espetacular de um vivido” por um “bloco temporal” de imagens midiáticas próprias de uma sociedade do espetáculo.

Isso permite a repetição de um “mesmo variado”, conforme Orlandi (2012). Esse “mesmo variado” pode ser tomado como repetibilidade, como definiu Indursky:

No que tange à mídia, sua prática é muito clara. Ela produz um *processo discursivo* que é da *ordem da repetibilidade*. No seu interior só há espaço para os saberes referentes à Formação Discursiva Dominante, os quais são repetidos à exaustão, até produzirem um *efeito de verdade*. Outras tomadas de posição são excluídas, produzindo-se *gestos de silenciamento* em torno de outros possíveis sentidos (INDURSKY, 2015, p. 14-15, grifos da autora).

---

<sup>26</sup> Pimentel (2008), cita a seguinte passagem de Foucault, com os devidos distanciamentos teóricos: “Porque, ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro – no sentido forte e valorizado do termo –, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência” (FOUCAULT, 2000, p. 14-15, grifos do autor).

A repetibilidade, então, se dá em forma de paráfrase, a cada atualização do dizer pelo sujeito em sua relação com o interdiscurso, inscrito em determinada formação discursiva. Voltemos ao questionamento sobre qual realidade o jornalismo espelha, mas agora para pensarmos o que seria, neste caso, o espelho. Um conteúdo jornalístico só consegue espelhar uma realidade que faça sentido para o sujeito porque o sujeito “vê o seu reflexo” nesse “espelho”. Neste caso, temos a memória discursiva funcionando. A tomada de posição de um sujeito no discurso o faz reconhecer como “suas” memórias próprias de uma formação discursiva. O jornalismo, portanto, só pode ser reflexo de alguma realidade se o sujeito se vê “refletido” nela, lembrando e esquecendo, numa relação memória-esquecimento.

Jornalista e telespectador, ambos tomam posição enquanto sujeitos a partir do discurso jornalístico. Podemos, então, tomar discursivamente o processo de fetichização de uma realidade pela imagem que Debord (1997) descreve levando em conta a relação entre o sujeito e o simbólico. A realidade simbolizada pelo sujeito pode passar a ser não mais apenas aquela historicamente constituída, mas também aquela repetidamente espetacularizada, empacotada imagetivamente como mercadoria para o sujeito. Neste caso, o jornalismo só consegue espelhar uma realidade espetacularizada.

#### 4.1   A MORTE ESPETACULAR

Nas reportagens sobre pessoas que morreram por conta da Covid-19, o Jornal Nacional compôs suas matérias de acordo com o “mesmo variado” que citamos há pouco, com todos os rituais jornalísticos já conhecidos. Mas, além dessa cobertura individualizante, o Jornal Nacional lançou mão de rituais específicos para tratar do luto coletivo em relação às mortes por Covid-19. Um desses rituais teve início na edição de 14 de maio de 2020. Ao fundo dos âncoras, um telão exibe artes relacionadas aos temas que estão sendo tratados no momento pelo telejornal. Para o coronavírus, o jornal utilizava uma projeção gráfica em três dimensões do vírus da Covid-19. A partir da edição do dia 14 de maio, porém, o telejornal avisou em editorial que iria substituir essa projeção por fotos de pessoas que morreram por conta da infecção por Covid-19 enviadas pelos familiares ao telejornal, vide figura 3.

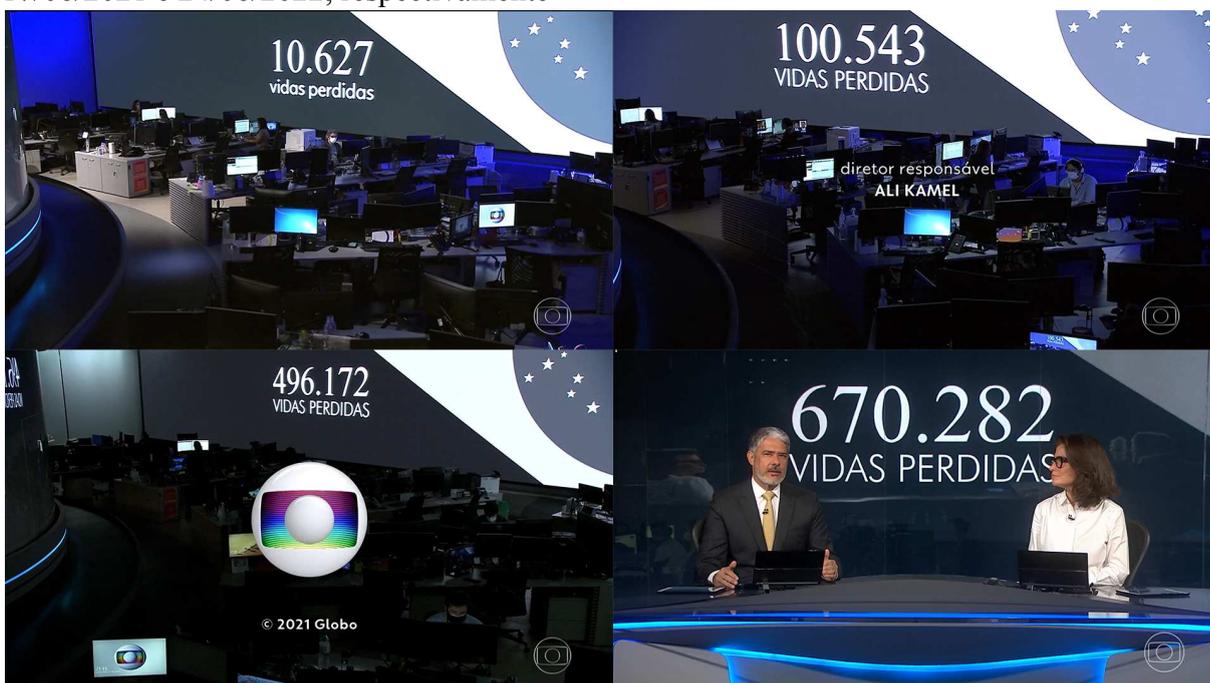
Figura 3 – Capturas de tela da edição de 14/05/2020 do Jornal Nacional



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8554917/> Acesso em: 06 jul. 2022

Desde esse dia, o Jornal Nacional passou a relacionar coronavírus e luto ao mesmo tempo em sua cobertura diária. Nessa época, em seus editoriais e reportagens, o telejornal chamava de “vidas perdidas” o volume numérico de pessoas mortas por Covid-19. Além disso, quando esse volume numérico ultrapassava um valor decimal completo, o telejornal projetava nesse mesmo telão, ao final da edição, uma tela que trazia a bandeira do Brasil em preto e tons de cinza, com o número de mortes apurado naquele dia aplicado sobre ela. O jornal era encerrado com essa projeção e em silêncio, sem a trilha musical que faz parte da identidade do telejornal nos encerramentos de outros dias.

Figura 4 – Capturas de telas das edições do Jornal Nacional dos dias 09/05/2020, 08/08/2020, 17/06/2021 e 24/06/2022, respectivamente



Fonte: Edições do Jornal Nacional disponíveis na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/> Acesso em: 10 mar. 2023

Em dias nos quais o “número de mortos” atingia valores arredondados, como “100 mil” ou “500 mil”, editoriais eram levados ao ar, em geral de forma crítica a ações ou inações do Governo Federal. Alguns desses editoriais foram analisados por Falconi, Silveira e Flores (2023) em um artigo que demonstrou a contradição entre os termos “vida perdida” e “média de mortes” nas edições do telejornal analisadas. Os autores perceberam que há uma relação de exclusão entre o que seria um luto sobre essas vidas e o achatamento desse luto numa lógica de “retomada da normalidade” a partir do momento em que a “média de mortes” ganha o protagonismo no telejornal em relação às “vidas perdidas”, com a chegada ao Brasil da vacina contra o coronavírus.

Para além dessa questão, no entanto, percebemos que o ritual espetacular, repetitivo, do luto e das mortes no telejornal ganharam contornos próprios a partir do momento em que o número de mortos não permitiu mais que o telejornal levasse ao ar somente reportagens sobre indivíduos que morreram. Novos rituais surgiram para dar conta do luto de forma volumétrica, fechada em valores arredondados decimalmente. A morte “coletiva” no telejornal passou a ser, além de vivenciada imagetivamente em forma de luto

espetacular pelo sujeito, também condicionada em um espaço-tempo próprio da cobertura da pandemia pelo telejornal.

As fotos de pessoas mortas pelo coronavírus no telão ao longo da edição dão a dimensão de um volume de mortos. Os números reúnem essa dimensão e simbolizam esses rostos de forma numérica, como podemos ver na figura 5 do próximo capítulo. Por fim, após essa transição “indivíduo morto → mosaico de fotos de mortos → número de mortos”, encontramos um tipo de luto numérico, que pode ser compreendido a partir dos processos de espetacularização e de “dataficação da vida”. Os símbolos que indicam luto no telejornal, como o silêncio e o uso da cor preta na tela, foram “reempacotados” para funcionar a partir de um número, em um apagamento dos “indivíduos empíricos” que morrem. Para o sujeito, a representação espetacular do luto se torna tão vivenciável quanto antes, mas em uma dobra, uma reduplicação possível por conta da materialidade técnica que constitui esse luto a partir dos números e de toda a discursivização a partir dos dados compilados pelo telejornal. Assim, há um luto coletivo ao mesmo tempo em que cada morte individual é espetacularmente apagada.

#### **4.1.1\_\_A espetacularização jornalística e a oficialidade**

Para continuarmos a compreender os efeitos de sentido sobre morte no Jornal Nacional, vamos observar a repetição em funcionamento nas edições que trataram sobre a censura dos dados sobre casos e mortes por Covid-19 por parte do Governo Federal da época. Antes, porém, vale recordar a busca de Pêcheux (2015) em delinear o acontecimento decorrido a partir da eleição de F. Mitterrand para presidente na França, mais especificamente na regularidade temporal marcada pelo momento exato em que uma atualidade encontrou uma memória: era “10 de maio de 1981, às 20 horas e alguns minutos” (PÊCHEUX, 2015, p. 16). A partir daí, o autor relaciona o funcionamento midiático de transmissões esportivas que atravessou a cobertura política e resultou em uma grande quantidade de pessoas que gritavam “on a gagné [ganhamos]”, para comemorar a vitória do candidato de esquerda que, pela

primeira vez, se tornaria presidente naquele país. Neste caso, nessa temporalidade, a hora exata era um fator que já fazia parte do funcionamento do ritual midiático.

Esse encontro entre dizeres de diferentes formações discursivas, que rompem com a linearidade das comemorações de eleições anteriores, é demonstrado pelo autor como o ponto de ruptura de algo que já podia ser percebido anteriormente, mas que só se tornou possível de ser visto quando, efetivamente, esse grito que remetia a vitórias esportivas e que, presentes no resultado de uma eleição, desestabilizou memórias sobre o que costuma ser uma eleição. Pêcheux (2015) se questiona: quem ganhou? Ganhou o quê? E, com cada pergunta, traz a opacidade do acontecimento. O autor segue a demonstrar que as possibilidades de rompimento discursivo já vinham aparecendo no próprio discurso midiático, mas foi somente após um acontecimento histórico, inédito, como a eleição de um presidente de esquerda, que o acontecimento discursivo atravessou a memória estabilizada com sua atualidade.

Antes do “On a gagné”, haviam possibilidades de rompimento que não podiam ainda ser concretizadas, pois faltava o acontecimento histórico. Após o “On a gagné”, os sentidos foram desestabilizados. Dois anos após o grito, a análise feita por Pêcheux (2015) mostra como a estabilização lógica desse acontecimento discursivo foi se dando, ainda com pontos de equívoco, de heterogeneidade. No capítulo anterior, nós já apontamos que o acontecimento discursivo se dá entre o acontecimento simbólico e o acontecimento histórico, e que a relação sujeito-língua-história se desestabiliza diante de um acontecimento discursivo. Agora, com Pêcheux (2015), podemos então compreender como um acontecimento pode ser percebido a partir da estrutura do discurso.

Com isso, podemos voltar ao Jornal Nacional e observar não só os efeitos de sentido sobre “mortos”, mas também sobre “número de mortes” e de “dados oficiais”, em uma tensão que já vinha se desenrolando desde a queda do então ministro da Saúde Nelson Mandetta. Desde que o Ministério da Saúde começou a divulgar boletins diários com dados compilados sobre casos e mortes por Covid-19 no Brasil, o Jornal Nacional passou a destacar esses números logo no início do telejornal, ao lado do âncora, como ilustra a figura 5 a seguir:

Figura 5 – Edição de 14/05/2020 do Jornal Nacional



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8554917/>. Acesso em: 06 jul. 2022

Até o dia 02 de junho de 2020, esse padrão foi mantido. No dia seguinte, algo mudou, conforme podemos observar na sequência discursiva (SD) extraída da edição do Jornal Nacional de 03 de junho de 2020<sup>27</sup>, logo após a escalada<sup>28</sup>, na abertura do jornal, espaço onde o assunto mais novo e relevante do dia costuma aparecer em um veículo tradicional:

*SD1: “Hoje o Jornal Nacional **não** vai começar com os **números atualizados** de vítimas do novo coronavírus. O Ministério da Saúde informou que, por problemas técnicos, o boletim só vai ser divulgado às dez da noite. Os últimos **números oficiais, divulgados vinte e cinco horas atrás**, registram 555.383 brasileiros infectados e 31.199 vidas perdidas.”.*

Figura 6 – Início da edição do dia 03 de junho de 2020



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8601304/?s=0s>. Acesso em: 10 mar. 2023.

<sup>27</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8601304/?s=0s>. Acesso em 10 mar. 2023.

<sup>28</sup> Sequência de manchetes lidas no início do telejornal.

Temos, portanto, uma ausência que começa a significar a partir da edição do dia 03 de junho de 2020. A principal manchete do dia, como vimos na SD1, é uma não-notícia, um não-fato, algo que se tornou notícia por não existir, se considerarmos que o próprio telejornal discursiviza a ausência de dados como ausência de notícia. “Hoje o telejornal *não* vai começar [...]”<sup>29</sup>. E é assim apenas porque anteriormente houve, dia após dia, a repetição da exibição dos números crescentes de casos e de mortes nesse mesmo espaço do telejornal. A não divulgação dos dados por parte do ministério causou um vácuo no telejornal, uma ausência que se materializa na lateral esquerda vazia ao lado do âncora, que rompeu com um movimento de paráfrase que dia após dia trazia um mesmo diferente, em um mecanismo de repetição que depende do dado a ser atualizado para funcionar.

A linearidade temporal construída pelo telejornal, de 24 horas, também foi rompida, como percebemos ao final da SD1. A ordem da repetibilidade apontada por Indursky (2015), aqui levada ao seu extremo, ruiu. No capítulo 2, nós apontamos que a objetividade dos dados só existe enquanto efeito, e a repetibilidade é parte desse processo discursivo que culmina na informação produzida a partir de dados sob o *efeito de verdade*. Poderíamos nos perguntar, diante da “SD1”, recordando a lamentável frase dita pelo então presidente da República, em entrevista coletiva, que citamos no capítulo anterior: acabou “matéria” no Jornal Nacional<sup>30</sup>? Mais a frente, na mesma entrevista coletiva, o então presidente continuou: “[Repórter ao fundo] Mas o senhor concorda com a divulgação nesse horário? Não... o, o horário adequado. Se ficar pronto às nove, tudo bem. Mas não vai correr às seis da tarde para atender a Globo. A TV Funerária! Não tem cabimento isso aí”. Com essa afirmação, é possível perceber que o Governo Federal de fato não se dispunha a

---

<sup>29</sup> Em uma edição não datada do Jornal Nacional de meados dos anos 2000 que circula na plataforma YouTube, encontramos um dos raros dias em que o telejornal não começa com um “fato do dia”. Desse vídeo, destacamos o trecho em que o âncora enuncia: “Hoje o Jornal Nacional vai começar de um jeito diferente [...], porque o assunto de abertura é um assunto importante, como sempre tem que ser, mas não um acontecimento marcante do dia. É que essa é a semana nacional do empreendedorismo, a semana dedicada a pessoas que realizam, que fazem as coisas acontecerem, que não se acomodam, não se intimidam com as dificuldades. Pessoas que transformam ideias em negócios, e transformam a própria vida e a vida de outras pessoas. Empreender é realizar, e é o impulso realizador destes brasileiros que o repórter Felipe Ferreira apresenta na primeira reportagem de uma série especial”. Essa espécie de ode ao empreendedorismo precisaria ser analisada posteriormente e tem relação com questões que abordamos no capítulo 3. Porém, no momento, percebemos com esse trecho destacado que o Jornal Nacional tem em seu ritual diário a necessidade de começar o jornal com o que ele considera e chama de “acontecimento marcante do dia”. Quando o ritual é quebrado, o que não é comum, o telejornal deixa isso marcado no próprio texto. Vídeo disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=K9vr\\_oki-NM](https://www.youtube.com/watch?v=K9vr_oki-NM). Acesso em 26 jun. 2023.

<sup>30</sup> Ao ser questionado por repórteres sobre a mudança no horário da divulgação do número de mortos pelo coronavírus, na frente do Palácio da Alvorada, no dia 5 de junho de 2020.

acompanhar o ritual diário do telejornal, mas há ainda o significante “TV Funerária”, que aproxima a exibição de dados sobre mortes às mortes em si, como se elas só existissem na realidade "construída" pelo telejornal.

Mas continuamos a indagar, a partir dessas condições de produção, se as “matérias” do Jornal Nacional “acabaram”. Se não “acabaram”, como passaram a ser formuladas? Vamos observar a SD2 a seguir, extraída do início da edição do dia 04 de junho de 2020<sup>31</sup>, um dia após o jornal levar ao ar a ausência de dados atualizados:

*SD2: "Hoje, segundo os dados das secretarias estaduais de saúde, totalizados pelo G1, o Brasil ultrapassou a Itália em número total de mortes. Agora somos o terceiro país do mundo em vítimas da Covid-19. São 33.781 óbitos do início da pandemia até agora. 607.777 brasileiros são **oficialmente** considerados pessoas contaminadas pelo coronavírus.*

*O ministério da saúde não divulgou novos dados até agora.*

*Desde o início da pandemia, o Jornal Nacional tem registrado os **dados oficiais** do Ministério da Saúde. Você talvez ainda lembre, no começo os números de casos e de óbitos eram anunciados às dezessete horas em Brasília, imediatamente antes da entrevista coletiva diária com o então ministro Luiz Henrique Mandetta. Com a **saída de Mandetta**, as entrevistas coletivas deixaram de ser diárias, e a divulgação dos dados foi sendo retardada. Passou a ser feita às sete da noite, na gestão do ministro Nelson Teich.*

*Com a saída de Teich, esse atraso aumentou. Ontem o Ministério da Saúde alegou problemas técnicos, e avisou que só divulgaria os dados às dez horas da noite. Essa planilha [Cf. figura 7] foi distribuída à imprensa ontem às vinte e duas horas, mesmo com os dados atualizados desde as dezenove horas.*

***Para que você tenha sempre os números mais atuais dessa pandemia, a partir de hoje o Jornal Nacional vai apresentar os dados das secretarias estaduais de saúde, totalizados pelo G1. E também os números atualizados do Ministério da Saúde quando forem divulgados a tempo, porque a nossa missão no JN é levar a você todas as informações relevantes sobre esse desafio enorme que a pandemia impõe à saúde dos brasileiros”.***

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8604272/> . Acesso em: 10 mar. 2023.

Figura 7 – Início da edição do dia 04 de junho de 2020



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8604272/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

No capítulo 3.4, demonstramos brevemente o fim da dicotomia nas ações governamentais sobre a gestão da pandemia de Covid-19 após a demissão do então ministro Luiz Henrique Mandetta, e ainda o aparente confronto entre o executivo e os veículos tradicionais, que se intensificou após essa demissão. Na SD2, começamos a ver que, para o Jornal Nacional, os “dados oficiais” passam a não ser mais tão confiáveis, nesse primeiro momento, por não atenderem às expectativas temporais do telejornal. O que vem a seguir na SD2 é o início da materialização do encontro entre a objetividade do jornalismo e a objetividade dos dados. O “sempre” do trecho da SD “para que você tenha *sempre* os números mais atuais dessa pandemia” indica uma tentativa de retomada da repetibilidade, da estabilidade parafrástica pela qual o jornal conseguia diariamente apresentar um *mesmo diferente*. Os “números mais atuais dessa pandemia”, neste trecho da SD2, são aproximados à “informações relevantes” como “missão” do telejornal. Percebemos que a regularidade temporal, materializada por enunciados como “número mais atuais” e “número atualizados”, se aproxima cada vez mais de “dados oficiais” e “número oficiais”, tanto na SD1 quanto na SD2. Os números são a notícia, e não os mortos.

O que a SD2 apresenta de mais notório, no entanto, é um rompimento com o sentido de “oficialmente”, no trecho que sublinhamos. Até o momento, tínhamos um Ministério da Saúde que apurava e disponibilizava publicamente os dados já compilados. Entretanto, o G1 passou a totalizar esses dados. Mais do que isso, os dados “totalizados pelo G1”, em um deslizamento na linearidade discursiva, passam a ser contabilizados “oficialmente” pelo telejornal. Neste primeiro momento, podemos considerar que a repetibilidade diária só se tornou possível porque os dados passaram a ser, para o telejornal, um ritual que transmitiria as “informações mais relevantes” sobre a pandemia de Covid-19. Mas será que essas “informações relevantes” seriam mesmo os números mais atualizados, que precisam ser obtidos independentemente da fonte, “oficial” ou não?

Recordamos Pêcheux (2015) para apontar que esse sentido de “oficial”, marcado pela “regularidade temporal”, não poderia ter aparecido antes, mas já estava eminente. Um acontecimento histórico, a pandemia de Covid-19, fez aparecer de forma mais acentuada o processo de “dataficação da vida” que já vinha tomando forma não só no jornalismo. Para o telejornal, tomado por um “efeito de objetividade” dos dados, usá-los no espaço reservado à “notícia mais importante” se tornou possível. O que não estava previsto, porém, foi o rompimento no sentido de “oficialidade”, antes reservado a um “órgão oficial” como o Ministério da Saúde, e agora colado ao “G1”, veículo midiático que conseguiu “suprir” o Jornal Nacional com esses dados a tempo da edição ir ao ar. Assim como na França da eleição de F. Mitterrand, também no Brasil da pandemia de Covid-19 os discursos político e midiático já estavam em uma espécie de “rota de colisão”, apesar das inúmeras diferenças históricas e espaciais entre os dois acontecimentos.

O “oficialmente” descolado da instituição oficial de origem e colado a um veículo midiático traz implicações que poderemos apenas começar a compreender daqui em diante. Antes de continuarmos a questionar essas implicações, entretanto, vamos observar brevemente um telejornal concorrente ao Jornal Nacional diante do mesmo fato noticiado. Na mesma noite que foi ar a SD2, o Jornal da Cultura, veiculado na TV Cultura, emissora pública que recebe recursos do governo estadual de São Paulo, informou os dados sobre mortos e infectados por Covid-19 da seguinte maneira<sup>32</sup>:

---

<sup>32</sup> Edição do Jornal da Cultura de 04 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fAOS5JqNSvM>. Acesso em: 10 mar. 2023.

*SD3: Cem dias após o primeiro caso de coronavírus, o Brasil agora é o segundo país no mundo em total de infectados. Estamos atrás apenas dos Estados Unidos. No último levantamento do Ministério da Saúde, divulgado ontem, eram mais de 584 mil infectados e 32 mil óbitos.*

Em seguida, foi ao ar uma reportagem que trazia um resumo de medidas de flexibilização de lockdowns pelo país. Na bancada do telejornal, havia uma infectologista que tecia comentários ao longo de toda edição quando o telejornal exibia alguma matéria relacionada à pandemia de Covid-19. A prática de ter um especialista da área da saúde passou a ser diária no Jornal da Cultura desde que o então novo coronavírus chegou ao Brasil.

Figura 8 - Trechos do Jornal da Cultura do dia 04 de junho de 2020



Fonte: Edição do Jornal da Cultura disponível em canal da emissora no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fAOS5JqNSvM>. Acesso em: 10 mar. 2023.

No Jornal da Cultura, a cobertura da pandemia apresentou diariamente números considerados relevantes, opiniões de especialistas e um tipo de “panorama geral” do que ocorre no país, além da cobertura das ações e inações oficiais dos governos federal e estaduais, sem padrões de edição rigidamente estabelecidos. Os dados e suas ausências, até esse momento, fizeram parte dessa cobertura sem rupturas. No Jornal da Cultura não houve padrão rígido para a exibição dos dados sobre novos casos e mortes por Covid-19

disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Ora eles foram apresentados no meio de reportagens, ora narrados pela âncora, como na edição citada acima, ora com gráficos. Neste telejornal, não foi construído um ritual diário e repetível de exibição dos dados sobre novos casos e novas mortes por Covid-19 no Brasil, apesar da existência de outro ritual, marcado pela presença diária de especialistas que se alternavam para comentar diversos aspectos ligados à pandemia, inclusive a (falta de) gestão de dados por parte do governo federal da época.

A ausência da repetibilidade ritualística na exibição dos dados diários fez com que a SD3 fosse formulada de maneira diferente da SD2, mesmo que ambas tratassem do mesmo fato. Para o Jornal da Cultura, na SD3, bastou informar que o último dado disponível era o do dia anterior. O Jornal da Cultura, na mesma edição, deu grande espaço a assuntos relacionados à Covid-19 e em vários momentos questionou ações e inações governamentais. Compreender a cobertura sobre a Covid-19 feita pelo Jornal da Cultura exigiria uma pesquisa própria, mas podemos perceber a partir desse contraste entre as SD2 e a SD3 que a cobertura do Jornal Nacional sobre a pandemia poderia ter sido outra e, ainda assim, ancorada em uma prática jornalística tradicional.

Ressalvamos que o Jornal Nacional também exibiu diversas reportagens sobre medidas de lockdown, superlotação de UTIs e ainda comentários de especialistas, inclusive com edições inteiras dedicadas à cobertura da Covid-19. No momento, destacamos apenas o contraste referente ao modo de se informar os dados sobre novos casos e mortes fornecidos pelo Ministério da Saúde. No dia em que foi ao ar o texto da SD2, houve o início de uma nova forma de se obter os dados sobre casos e óbitos tão caros ao ritual estabelecido pelo Jornal Nacional. Desde esse dia, começaram a ser divulgados dados coletados diretamente com as secretarias estaduais de saúde, em um levantamento feito inicialmente pelo portal on-line de notícias G1, também pertencente ao Grupo Globo. A edição do telejornal, então, pode voltar ao seu ritual de sempre: mostrar os novos casos e as “vidas perdidas” logo após a abertura.

O editorial que veio a seguir, ainda na SD2, mostra uma ruptura com o Governo Federal, mas ao mesmo tempo homogeneiza os dados em si. Os dados “por si só”, para o Jornal Nacional, dão conta de “espelhar a realidade” da pandemia de Covid-19. As diferentes materialidades discursivas que afetam a formulação de um discurso são apagadas, e os dados, enfim, estabilizam logicamente uma realidade que é, dia após dia, repetida no telejornal. Essa homogeneização, conforme abordamos no capítulo 2.2.1, é apenas aparente. Mas o que muda

se os dados vêm do Ministério da Saúde ou se são coletados das secretarias estaduais de saúde? Enquanto vêm do Ministério, o Jornal Nacional apenas pode divulgá-los, à mercê das decisões governamentais. Mas, a partir do momento em que o G1 passa a "totalizá-los", abre-se a possibilidade de a própria mídia ocupar esse lugar de poder que o Governo Federal deixa vazio. O Ministério, afinal, não tem nenhum vínculo que o obrigue a publicizar os dados a tempo de o telejornal ir ao ar. São instituições diferentes, que constituem posições diferentes, sem ligação direta e necessária.

A relação entre o telejornal e o Governo Federal da época, entretanto, não é tão simples assim. Vamos, a seguir, retornar mais uma vez à entrevista coletiva dada pelo então presidente no dia 05 de junho de 2020, imediatamente antes de ele responder à pergunta de um repórter sobre a questão do horário de divulgação dos dados, que citamos alguns parágrafos atrás: “O planalto não sou só eu. Aí emprega... uma pessoa que tem, por exemplo, um comportamento esquisito. São 30 mil comissionados. Cai na minha conta. Botaram uma mulher aí... assumindo... ligada ao PT... assumindo a PGR, as comunicações, eu nem tô sabendo disso. Eu liguei pra lá e... botou alguém com esse perfil? Não, ninguém no diário oficial... não, não publicou essa pessoa aqui. Tudo cai no meu colo!”<sup>33</sup>. Uma das características do Governo Federal da época era a de não assumir responsabilidades que não lhe convinham, como mostrou Cesarino (2022) ao apontar que a não-decisão, ligada a uma não-gestão, era parte da estratégia governamental. Para a autora, isso permitia que o governo se apropriasse *a posteriori* de pautas que tivessem boa repercussão e se afastasse, ao apontar terceiros como culpados, de assuntos que poderiam lhe tirar a popularidade:

Assim como o candidato Bolsonaro se adaptou a um certo senso comum do brasileiro “médio” [...], seu governo se adaptou, igualmente, ao que já estava dado: notadamente, a política fisiológica do Centrão, também baseada num modelo de reconhecimento bifurcado. O pouco de governo que existiu durante a pandemia foi delegado a outros atores: a base no Congresso, a burocracia do Estado, além de atores privados como igrejas, empresários, médicos, planos de saúde. Também os inimigos - a oposição, o Supremo Tribunal Federal (STF), governos estaduais - tomaram iniciativas que foram, ao se mostrarem populares, apropriadas *a posteriori* pelo governo federal, como o auxílio emergencial e a vacinação contra a covid-19 (CESARINO, 2022, p. 66).

---

<sup>33</sup> Disse o então Presidente da República na frente do Palácio da Alvorada, no dia 5 de junho de 2020, após ser questionado sobre sua responsabilidade no horário de divulgação dos dados sobre mortes por Covid-19.

Ao seguir a linha de questionamento de Cesarino (2022), podemos incluir a mídia como um dos “atores privados” que tomaram papel na ausência do Governo durante os primeiros meses de pandemia de Covid-19. A tentativa do então presidente da república de “acabar com matéria no Jornal Nacional”, não é apenas uma forma de silenciamento, mas também de ausência “oficial”. Essa ruptura na “oficialidade” por parte do Governo Federal, porém, não é o único fator que culminou no surgimento da Central da Covid dentro do Jornal Nacional cerca de um mês depois do início dos boicotes à publicação dos dados por parte do Ministério da Saúde. Nas semanas seguintes, a relação entre o Jornal Nacional e a coleta e divulgação de dados sobre casos e mortes por Covid-19 tomou rumos que não tiveram paralelos em outros telejornais. Para podermos compreender, enfim, como se deu o encontro entre a “objetividade” do jornalismo e a “objetividade” dos dados<sup>34</sup> especificamente no Jornal Nacional, precisamos observar os deslocamentos da posição-sujeito jornalista no discurso sobre dados que se sucedeu nas edições do telejornal após a tentativa de censura dos dados imposta pelo Ministério da Saúde.

#### 4.2 \_\_A LEGITIMIDADE EM PAUTA

Até o momento, nós trouxemos o trabalho de Träsel (2014) para questionar quais seriam os deslocamentos possíveis a partir do momento em que um jornalista deixa de entrevistar fontes humanas para “entrevistar planilhas”. Antes de voltarmos a essa questão, porém, precisamos retomar Mariani (1998), que afirma a partir de trabalhos de Eni Orlandi que o discurso jornalístico é um tipo de *discurso sobre*, que atua na institucionalização de sentidos e no efeito de linearidade e homogeneidade da memória:

Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1998, p. 60, grifos da autora).

---

<sup>34</sup> Tema que mobilizamos no capítulo 2.2.1.

Temos, a partir de Mariani (1998), uma maneira de pensar a formulação do discurso a partir de uma posição-sujeito jornalista na relação com outras posições-sujeito. O discurso jornalístico, que anula a memória e des-historiciza fatos em um funcionamento espetacular, é formulado ainda como um tipo “intermediário” que “re-discursivisa”, ou seja, re-inscreve em outra formação discursiva, um dito a partir de outra posição-sujeito legitimada qualquer, mas apagando suas condições de produção. Gallo (2011) afirma que a legitimidade de um texto se dá pela estabilização e institucionalização dos discursos. O discurso jornalístico, portanto, é legitimado ao estabilizar em sua própria memória discursos formulados a partir de outras formações discursivas, de outras posições-sujeito, como “inter-mediador” desses dizeres.

Esse funcionamento pode ser visto na superfície de um texto jornalístico que tem em si a referência a uma determinada “fonte”<sup>35</sup> para validar o que é dito. Especialistas, técnicos, testemunhas, personagens envolvidos com um fato, por exemplo. Traquina (2012) observa que uma produção jornalística precisa ter o cuidado de destacar, marcar, o que foi “dito por X”, de contrapor tal dizer pelo “dito de Y” e ainda “descobrir” o que desses “ditos” são “fatos”, e que esse conjunto de práticas, entre outros, garante “objetividade” ao jornalismo. O autor afirma que “a objetividade, ou uma outra designação de uma noção de equilíbrio (balance), está associada pela esmagadora maioria dos cidadãos ao papel do jornalista [...] e está no centro de toda uma mitologia que representa o jornalista [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 145). O autor, portanto, estabelece paralelos entre a prática jornalística de “se distanciar do que a fonte diz” e a questão da objetividade. Genro Filho (2019, p. 98), ao falar especificamente da relação entre imagem, TV e o cotidiano, chama esse funcionamento de “espírito objetivo”.

Um texto jornalístico, na concepção de texto elaborada por Gallo (2011), carrega essas marcas de heterogeneidade que demonstram a necessidade de se referenciar a um “discurso-origem”, nos termos de Mariani (1998), para se legitimar enquanto jornalístico. Ao final, porém, os efeitos de sentido do discurso jornalístico não são os mesmos dos seus “discursos de origem”, mas sim os da própria formação discursiva do jornalismo, sobre a qual começamos a delinear brevemente o funcionamento nos capítulos anteriores, ao falarmos

---

<sup>35</sup> Para o jornalista, alguém capaz de falar sobre determinado assunto com legitimidade.

sobre espetacularização e repetibilidade no jornalismo. Discursivamente, então, podemos considerar que a formação discursiva do jornalismo tem como lastro a objetividade. Mas essa objetividade não é qualquer uma, e se dá pela via da intermediação de um aparente confronto entre dizeres de diferentes “fontes humanas”.

A objetividade estatística, por outro lado, esteve presente no jornalismo desde sua institucionalização, conforme abordamos no capítulo 2.2.1 e, mais recentemente, passou a fazer parte da rotina de produção de grandes veículos como um setor próprio, que produz textos jornalísticos a partir do tratamento de dados de diversas fontes. E as “fontes dos dados”, neste caso, não são quaisquer umas, mas têm a ver com a disponibilização de arquivos a partir de diversas instituições. Pêcheux (2014, p. 59) começa por definir entre aspas que arquivo pode ser tomado como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” para, em seguida, questionar sob diversos aspectos o que seria uma “leitura de arquivo”. O autor sinaliza que *gestos de leitura* são plurais e determinados por uma memória histórica, que pode ser apagada se houver um tipo de *normatização asséptica da leitura e do pensamento*.

A partir de Pequeno (2020), podemos pensar em “banco de dados”, no âmbito computacional, como uma forma de indexação e organização de informações digitais e, com isso, distingui-lo de “arquivo” nos termos pecheutianos. Esse banco de dados, como demonstrou o autor, é atravessado por questões lógicas de ordem técnica, pela materialidade técnica, mas também sofre um gesto de leitura ao ser tomado como arquivo.

Dissemos que a instituição e o arquivo não coincidem, mas que um atravessa o outro. Pois bem, como já descrevemos, a instituição atravessa o arquivo de forma a lhe legitimar. De forma a produzir, do campo heterogêneo, fragmentado e disperso de documentos, um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Ou seja: o lastro material de um arquivo moderno esteve fortemente relacionado com sua ligação às instituições capazes de o legitimar (o Estado, a ciência, o jornalismo, e assim por diante) (PEQUENO, 2020, p. 260).

A organização de um banco de dados em arquivo, portanto, se dá pela via da instituição que o legitima. O arquivo, legitimado pela instituição que o atravessa, então, pode ser lido, retomado e atualizado por outra instituição, em uma prática tão porosa quanto a

relação das instituições entre si<sup>36</sup>. Portanto, precisamos fazer uma distinção: o jornalismo enquanto instituição legítima arquivos que coincidem, em grande medida, a documentos formulados na própria prática jornalística; mas a prática jornalística pode se valer de “documentos pertinentes e disponíveis” já legitimados por outras áreas, por outras posições-sujeito, para compor um texto jornalístico.

Com isso, a objetividade jornalística, como observamos há pouco, se mantém, ao menos na relação com outras posições-sujeito. A posição-sujeito jornalista é formulada em uma analogia a partir de Traquina (2012), na relação com os ditos entre posições-sujeito “X” e “Y” a serem ocupadas na formulação do texto jornalístico, em um efeito de mediação entre posições-sujeito legitimadas aparentemente em “conflito”. E esse “efeito de mediação” pode se dar a partir de arquivos legitimados por outras instituições sem que a “objetividade jornalística” seja discursivamente posta em questão. Entrevistar planilhas, neste caso, não deixa de ser uma prática discursivamente jornalística.

No capítulo anterior, acompanhamos o início da ruptura que, dias depois, culminou no surgimento do Consórcio de Veículos de imprensa. Antes, os dados sobre os registros numéricos de casos e mortes por Covid-19 no Brasil constituíam um arquivo já legitimado pelo Ministério da Saúde com documentos pertinentes a essa questão. Diante da linearidade com que os dados continuaram a ser apresentados após a coleta passar a ser feita pelo G1, o que mudou em termos de constituição e acesso ao arquivo? Para o Jornal Nacional, os dados “por si só” dariam conta de “espelhar” a realidade da pandemia, mas quem passou a legitimar esses dados? O que a pandemia como acontecimento desestabilizou nas práticas do “jornalismo de dados” que pudemos acompanhar no Jornal Nacional?

#### **4.2.1\_\_A ocultação e a transparência dos dados**

Entre os dias 06 e 08 de junho de 2020, o Jornal Nacional levou ao ar extensas reportagens sobre a questão das mudanças no cálculo e na divulgação dos dados sobre a

---

<sup>36</sup> Pêcheux (2014, p. 63) alerta para o risco de um “apagamento seletivo da memória histórica” se considerarmos “[...] os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente [...]”, sem levar em conta a posição de quem os lê.

pandemia de Covid-19 por parte do Governo Federal. Dos 59 minutos da edição do dia 06<sup>37</sup>, 17 minutos foram destinados a essa temática. No vídeo, infectologistas, especialistas em dados, o presidente da Câmara à época e o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta apareceram no vídeo para comentar os eventuais perigos no controle da pandemia por conta dessa censura. Todo esse conjunto, em sua imbricação material, funciona como um trabalho de deslegitimação do Ministério da Saúde como instituição responsável pelo tratamento desses dados, como podemos ver na fala de um dos entrevistados pelo jornal, e também no início e ao final de uma das reportagens:

*SD4: “[Repórter] Este especialista alerta para o risco da população perder a confiança no ministério da Saúde. [Especialista<sup>38</sup>] Há uma **fragilização da credibilidade institucional**. A menos que você consiga ter uma argumentação extremamente técnica, que consiga dar uma explicação coerente, você começa a duvidar daquilo que está sendo informado. Porque você começa a ver um comportamento errático de uma instituição como o Ministério da Saúde, que sempre teve um grande prestígio técnico”.*

Na cabeça<sup>39</sup> da reportagem, antes da SD4, ouvimos o seguinte:

*SD5: “Uma outra decisão do ministério que torna a divulgação de dados **menos transparente** também foi duramente criticada por médicos e políticos”.*

Ao final da reportagem, foi ao ar a próxima SD:

*SD6: “Por causa das mudanças da divulgação de dados pelo Ministério da Saúde, com **menos transparência**, a Universidade Johns Hopkins chegou a excluir o Brasil do balanço global sobre o coronavírus atualizado ao longo do dia [...]”.*

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8608941/> Acesso em: 21 abr. 2023

<sup>38</sup> Creditado pelo jornal como “José David / Infectologista”.

<sup>39</sup> Chamada lida pelo âncora do telejornal imediatamente antes da reportagem ir ao ar.

Figura 9 – Capturas de telas da edição do Jornal Nacional do dia 06/06/2020



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8608941/> Acesso em: 21 abr. 2023

Desde a edição de 03 de junho de 2020, o Jornal Nacional aponta, através de reportagens extensas, que há uma espécie de vácuo, lugar de “falta de transparência” provocada pelo Ministério da Saúde, então instituição que legitimava os dados que iam ao ar, repetitivamente, pelo Jornal Nacional. Neste caso, também encontramos a repetição espetacular própria da discursividade do telejornal. Na edição que foi ao ar no dia 08 de junho de 2020<sup>40</sup>, no entanto, foi ao ar a seguinte SD:

*SD7: “A pandemia do novo coronavírus tem imposto ao Brasil um sofrimento que outros países também enfrentaram. Mas os brasileiros são confrontados com dificuldades adicionais. O governo federal impõe obstáculos à **informação correta dos cidadãos com a falta de transparência** e as recentes mudanças de metodologia na divulgação dos dados da doença.*

*Em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19, os veículos G1, O Globo, Extra, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e UOL formaram uma parceira inédita pra trabalhar de forma*

<sup>40</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8612153/> Acesso em: 21 abr. 2023

colaborativa na busca de **informações precisas e necessárias** nos 26 estados e no Distrito Federal. Equipes de todos os veículos vão compartilhar as informações obtidas pra que os brasileiros possam saber como está a evolução e o total de óbitos provocados pela Covid-19, além dos números consolidados de casos testados e com resultado positivo para o novo coronavírus. Esse **balanço diário vai ser fechado às vinte horas**, horário de Brasília. Os veículos de comunicação coletarão os números diretamente nas secretarias estaduais de saúde, e vão chamar a atenção do público se não houver transparência e regularidade na divulgação dos dados pelos estados.

Segundo o Consórcio de Veículos de Imprensa, mais de setecentos e dez mil brasileiros foram infectados na pandemia. Nas últimas vinte e quatro horas, foram confirmados 19.631 novos casos, e mais 849 óbitos. Trinta e sete mil, trezentas e doze vidas se perderam num intervalo de 83 dias.

**Personalidades dos meios político, jurídico e entidades representativas de profissionais e veículos de comunicação** elogiaram o consórcio criado pelos órgãos da imprensa brasileira. O presidente da câmara, Rodrigo Maia, disse que a iniciativa mostra a importância da liberdade de imprensa para a **transparência**, não apenas na divulgação de dados, mas em todas as ações dos agentes públicos.

O presidente da associação brasileira de imprensa, Paulo Jerônimo, afirmou que a iniciativa honra a imprensa brasileira.

O presidente da associação nacional de jornais, Marcelo Rech, disse que a iniciativa evidencia a relevância dos meios de comunicação num momento grave como esse da pandemia.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli, também elogiou o consórcio”.

Figura 10 – Capturas de telas da edição do Jornal Nacional do dia 08/06/2020



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8612153/> Acesso em: 21 abr. 2023

Em seguida, foram ao ar novas reportagens sobre a decisão do Governo Federal de alterar a forma de divulgação dos dados e de retificar para menos números já divulgados, em padrão similar ao já comentado dia 06 de junho de 2020. Na SD7, porém, vemos o surgimento do Consórcio não apenas como uma continuação do trabalho iniciado pelo G1, mas como consolidação da “oficialidade” que os “órgãos de imprensa” poderiam ter por se opor à “falta de transparência” e à “imprecisão” de um Ministério da Saúde com a “credibilidade institucional fragilizada”, conforme as SDs 4, 5 e 6.

Ainda em relação à SD7, outras instituições são usadas como evidência de que o Consórcio pode ocupar o “vácuo” deixado pelo Governo Federal: “personalidades dos meios político, jurídico e entidades representativas de profissionais e veículos de comunicação”. Não há, no entanto, entidades ligadas à instituições da área da saúde nem na formação do Consórcio nem na lista de “personalidades” listadas pelo telejornal. Curiosamente, não há transparência sobre como os dados são tratados e compilados e tampouco sobre como eles chegam ao consórcio. Nenhum dos veículos mostrou, até o encerramento do Consórcio, detalhes sobre como essa coleta e esse processamento eram feitos. Os dados até podem vir das secretarias estaduais de saúde, mas quem passa a legitimá-los e a compô-los em arquivo

parece ser, paradoxalmente, a própria instituição jornalística, em um processo de midiatização que já não condiz mais com a prática jornalística de mediação entre dizeres de diferentes posições. Voltaremos a esse ponto mais a frente.

Novamente, observamos um telejornal concorrente. Desta vez, o Jornal da Band, exibido pela TV Bandeirantes na mesma faixa de horário do Jornal Nacional. A SD a seguir foi levada ao ar também no dia 08 de junho de 2020<sup>41</sup>, logo após a exibição de uma reportagem sobre a discrepância dos dados que foram retificados pelo Governo Federal:

*SD8: “[Âncora 01] Olha, o presidente já criticou o IBGE quando os dados de desemprego não apontavam pra onde ele queria. Ele implicou com o INPE, que divulga os dados de queimada, quando pegou fogo na Amazônia. E agora decidiu **brigar de novo com as estatísticas** no caso da Covid-19. Quebrar o termômetro não adianta, porque o desemprego, o fogo e o vírus não dão a mínima para os **números oficiais**.*

*[Âncora 02] E agora há pouco representantes do Ministério da Saúde disseram que vão tentar voltar a divulgar os dados do coronavírus mais cedo. De Brasília, o repórter Caiã Messina tem os detalhes ao vivo. Caiã.*

*[Repórter] Pois é, Lana, ao contrário do que vem acontecendo nos últimos dias, o Ministério da Saúde divulgou há pouco algumas informações da Covid-19. O Brasil registrou nas últimas 24 horas 679 novas mortes por coronavírus. **Segundo as informações do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde** dos estados, 37 mil brasileiros perderam a vida para a doença desde o início da pandemia até agora. De um total de 707 mil casos confirmados, 284 mil pessoas já se curaram. A promessa do Ministério da Saúde, depois de tanta polêmica, a partir de agora, é tentar divulgar as informações no máximo até seis e meia da tarde, a depender das informações coletadas e transmitidas pelos estados. Para tentar facilitar, aí, o trabalho nos estados e nos municípios, a intenção é unificar o sistema de notificação de casos, mas o Governo Federal frisou que o foco é o sistema oficial e não mais as planilhas dos próprios estados”.*

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vz3UJ9MIJ9E> . Acesso em: 21 abr. 2023

Figura 11 – Capturas de telas da edição do Jornal da Band do dia 08/06/2020



Fonte: Edição do Jornal da Band de 08 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vz3UJ9MIJ9E> . Acesso em: 21 abr. 2023

Assim como o Jornal da Cultura, o Jornal da Band também dedicou boa parte do tempo no ar para tratar de assuntos ligados à pandemia de Covid-19 dentro de sua própria linha editorial que, para ser compreendida, precisaria ser tomada como *corpus* em uma pesquisa própria. Mas, também no Jornal da Band, percebemos que não há uma centralidade na questão dos dados em si, seja na “transparência” ou na ocultação, o que indica, novamente, que a cobertura poderia ter sido outra sem deixar de estar alinhada com a prática jornalística de veículos tradicionais. O comentário lido pelo âncora 1 na SD8 diz respeito diretamente à postura adotada pelo então presidente da república e seu governo, e não à ausência ou distorção dos dados isoladamente. Os sentidos de oficialidade seguem colados aos do Governo Federal, sem rupturas, mesmo que a confiabilidade dos números disponibilizados “oficialmente” esteja sendo questionada pelo telejornal.

No Jornal da Band, não há rupturas. A SD8 segue marcando posições: “representantes do Ministério da Saúde”, “estados e municípios”, “Conselho Nacional dos Secretários de Saúde”. Há “dizeres X, Y, Z” sendo “mediados” pelo jornal. Por último, observamos que parte dos dados trazidos na SD8 são justamente de um conselho formado por secretários de saúde estaduais. Ao acessarmos o site do Conselho Nacional dos Secretários de

Saúde em abril de 2023<sup>42</sup>, nos deparamos com um texto que marcava o milésimo dia no ar de um painel, mantido pelo próprio Conselho e que consolidava dados sobre mortos e infectados até aquele momento. Esse painel foi utilizado pelo Jornal da Band para apresentar dados sobre o número de mortes e de contaminações quando os dados do Ministério da Saúde deixaram de estar disponíveis, conforme SD8. Como sequência discursiva, trazemos parte desse texto:

*SD9: “[...] Profissionais de saúde passaram a lutar para salvar os infectados em todo o Brasil, enquanto o Governo Federal optou pelo apagão de informações sobre casos e óbitos da doença no País no início de junho.*

*Diante disso, no dia 6 de junho de 2020, por volta das 13h, a direção do Conselho decidiu agir para superar esse momento tão delicado e iniciar a divulgação dos casos e de óbitos diariamente já a partir do dia seguinte [...].*

*Feito pelo corpo técnico do Conass por meio do Centro de Inteligência Estratégica para a Gestão Estadual do SUS (CIEGES), a equipe iniciou um processo de organização dos fluxos para receber os dados de todas as Secretarias Estaduais de Saúde e consolidá-los, além de desenvolver um painel dinâmico e realizar ações diárias de divulgação para a imprensa e para a sociedade. ‘Foram horas intensas de trabalho e no dia 7 de junho, fizemos a primeira divulgação de casos e óbitos da Covid-19 no País, às 18h’, disse Fernando [Avendanho, assessor técnico do Conass].*

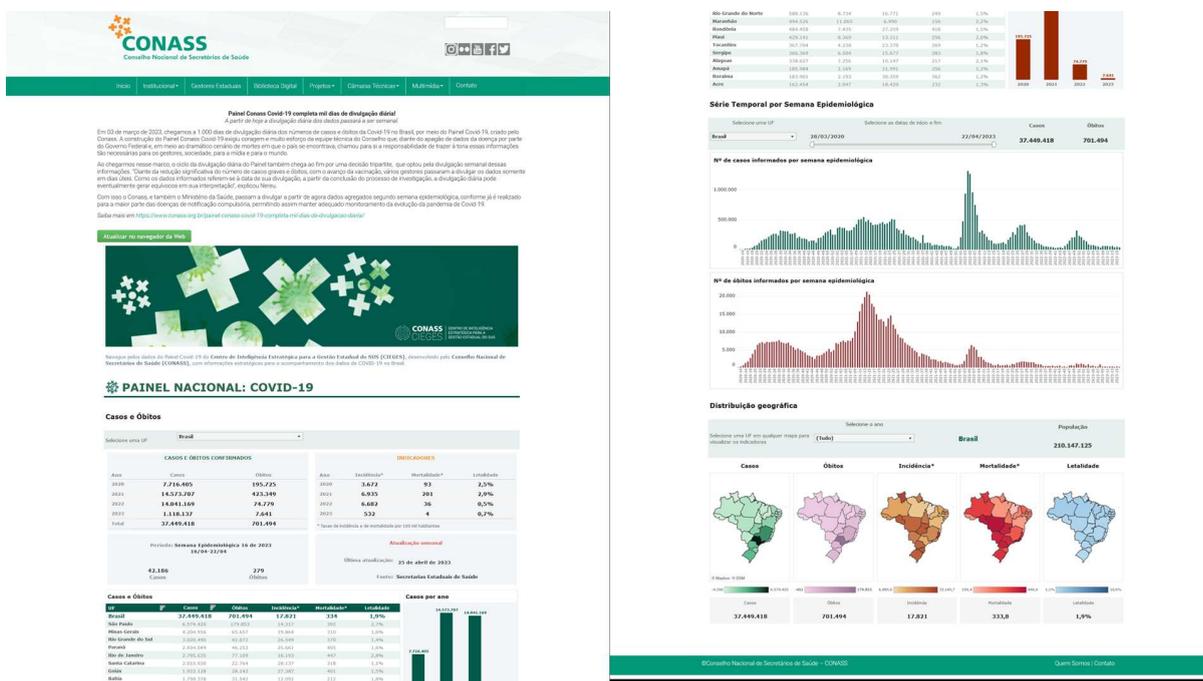
*O Brasil voltou a monitorar a pandemia nacionalmente. Os gestores e profissionais do SUS, a sociedade, a imprensa e o mundo conheceram o **novo instrumento oficial** para divulgação diária de casos e óbitos pela Covid-19 no País.*

*Paralelo a isso, alguns dias depois as mídias resolveram fazer um Consórcio de imprensa, que teve fim em janeiro deste ano. Hoje, o ciclo da divulgação diária do Painel também chega ao fim por uma decisão tripartite, que optou pela divulgação semanal dessas informações [...]”.*

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.conass.org.br/painel-conass-covid-19-completa-mil-dias-de-divulgacao-diaria/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

Figura 12 – Capturas de telas do painel elaborado pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde



O Jornal da Band, assim como o Jornal da Cultura, não adotou um ritual rígido para a divulgação dos dados compilados sobre mortos e infectados pela Covid-19. Quando os dados do Ministério da Saúde deixaram de estar disponíveis, o jornal optou por buscar outra instituição legítima para continuar a informar os números. Neste caso, o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, entidade que reúne justamente os responsáveis por compilar, a nível estadual, tais dados. O “novo instrumento oficial” destacado na SD9 não surge da mesma maneira que os dados “oficialmente” compilados pelo G1 que abordamos no capítulo 4.1.2. Portanto, novamente temos a pergunta: quem legitima os dados compilados pelo Consórcio de Veículos de Imprensa?

Ao mesmo tempo que vemos a ruptura nos significados de “oficialidade” a partir das SDs recortadas neste capítulo, também observamos que há uma sedimentação do contraste entre a “falta de transparência” do Ministério da Saúde destacada pelo Jornal Nacional e a promessa de “informações precisas e necessárias” por parte do Consórcio, que será “fechado às vinte horas”. O dispositivo “Consórcio”, portanto, serve ao ritual do próprio

Jornal Nacional, que vai ao ar diariamente às 20h30 e precisa manter a sua exibição diária dos dados.

Discursivamente, percebemos que há um distanciamento da posição-sujeito jornalista assumida pelo telejornal, que passa a funcionar a partir dos próprios rituais midiáticos espetaculares que delineamos no início deste capítulo. Não há mais um “discurso-sobre”, mas sim uma discursivização que se dá pela via da “dataficação da vida”, materializada no telejornal pela repetição diária desses números como se eles sozinhos fossem a pandemia, inquestionáveis, como abordamos no capítulo 2.3. Essa posição não mais está filiada ao “discurso-sobre” próprio da formação discursiva do jornalismo. É uma outra posição-sujeito, que só se tornou possível a partir da possibilidade material de construção de bancos de dados digitais e que tem a ver com a ritualização espetacular da exibição dos dados por parte do telejornal. Mas essa nova posição-sujeito ainda não estava estabilizada na discursividade do telejornal até então. Para acompanharmos esse movimento, vamos avançar algumas semanas, até o surgimento da Central da Covid.

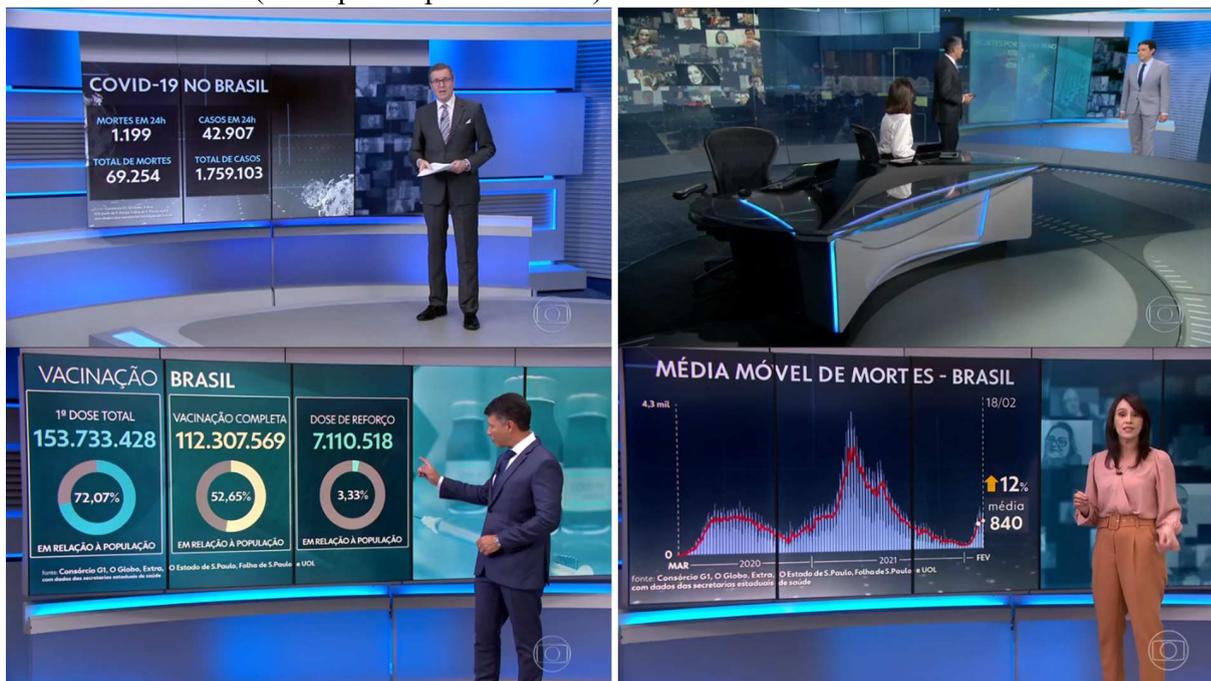
#### **4.2.2 \_\_A morte estatística**

No dia 09 de junho de 2020, uma decisão do Superior Tribunal Federal (STF) determinou que o Ministério da Saúde voltasse a divulgar os dados da mesma maneira que divulgava até o dia 05 de junho de 2020. A decisão foi repercutida na edição do Jornal Nacional desse mesmo dia com a repetição de longas reportagens sobre a postura do Ministério e da necessidade de se ter dados confiáveis, da mesma maneira que abordamos há pouco. Os números divulgados diariamente pelo Ministério, a partir desse dia, passaram a ser muito próximos aos do Consórcio, com pequenas variações para menos ou, inclusive, para mais.

O Consórcio, no entanto, não só continuou a existir e a ter destaque no Jornal Nacional como serviu de base para a criação da Central da Covid, que foi ao ar pela primeira vez em 09 de julho de 2020, exatamente um mês após a decisão do STF. Anteriormente, os números coletados pelo Consórcio de Veículos de imprensa ganhavam espaço na bancada do

telejornal através dos próprios âncoras do Jornal Nacional, como já destacamos no capítulo 4.1.1. Após a criação da Central, os dados passaram a ser exibidos ao final do telejornal em um cenário próprio, com mais tempo de exibição e com mais recursos estatísticos e gráficos para “complementar” os números, ou dar visibilidade aos dados.

Figura 13 – Capturas de tela das edições de 09/07/2020, 27/01/2021, 26/10/2021 e 18/02/2022 do Jornal Nacional (da esquerda para a direita).



Fonte: Edições do Jornal Nacional disponíveis na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/> Acesso em: 17 ago. 2022

A Central da Covid surge, conforme apontamos anteriormente, em um movimento de apagamento da historicidade dos dados, mas agora podemos compreendê-la como a estabilização dessa posição-sujeito que surgiu a partir da ruptura dos sentidos de “oficialidade” desses dados. Trata-se de uma estabilização lógica do espetáculo midiático resultante desse rompimento com a legitimação pela via de instituições já constituídas para tratar de questões relativas a dados sobre doenças. Entidades como centros de pesquisa, universidades, ministérios e secretarias utilizam dados como uma ferramenta para apontar caminhos e suportar decisões sobre recursos e afins. Aos telejornais, cabe a cobertura jornalística dessas decisões, inclusive em suas ausências e ocultações, como pudemos ver a partir, por exemplo, do Jornal da Cultura e do Jornal da Band.

A partir do momento em que esses dados passam a se constituir como parte da repetição espetacular do telejornal, no entanto, há esse duplo rompimento: as instituições não pautam mais o telejornal e, ao mesmo tempo, o telejornal passa a manter uma estrutura discursiva que necessita de uma repetição diária para se sustentar e que não tem mais ligação com notícia nenhuma. O discurso jornalístico se rompe para, objetivamente, abarcar essa posição-sujeito que tem na objetividade dos dados sua principal base, mas que carrega em si também as marcas da busca jornalística pela objetividade.

A Central da Covid, diante disso, serviu como um “lugar de acomodação” dessa posição-sujeito que, para diferenciação da posição-sujeito jornalista, pode ser tomada como “posição-sujeito jornalista de dados”. Acomodação física e temporal, que pode ser percebida na mudança de cenário para a exibição desses dados, na escolha de outro âncora que não está na bancada do telejornal e no deslocamento da exibição dos dados do início para o final de cada edição do telejornal. Esse último ponto marca também que a repetibilidade necessária ao ritual do telejornal se tornou tão imprescindível que virou uma espécie de “quadro”, como a “previsão do tempo”. Momentos antes da estreia da Central da Covid, uma reportagem exibida pelo telejornal explicou didaticamente<sup>43</sup> o porquê de a média móvel ser um instrumento útil a instituições públicas e de pesquisa, com fontes que foram de gestores a infectologistas. A SD10, a seguir, foi ao ar nesta reportagem<sup>44</sup>:

*SD10: [Especialista<sup>45</sup>] Essa média móvel, ela depende, hã... do comportamento da sociedade e das medidas que os governantes tomam. Ou seja, se de repente eu deixo de tomar qualquer medida de prevenção, uso de máscaras e higiene, eu com certeza vou aumentar a transmissão. Os bares que ficam lotados, sem um controle adequado, vai aumentar a transmissão. Então por isso que isso daqui tem que ser acompanhado sempre. E, às vezes, não adianta você ver dia a dia.*

*[Repórter] E como saber se, num determinado estado, os números da doença estão aumentando, diminuindo ou em estabilidade? Por causa do tempo de incubação do novo coronavírus, os especialistas recomendam comparar a média móvel de hoje com a de catorze*

---

<sup>43</sup> Recordamos Mariani (1998), que afirma que uma regularidade do discurso jornalístico é a “didatização” do mundo.

<sup>44</sup> Edição do Jornal Nacional do dia 09 de julho de 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8687596/>. Acesso em 21 abr. 2023.

<sup>45</sup> Creditado pelo Jornal Nacional como “Marcelo Otsuka / coord. Comitê Infectologia Pediátrica da SBI”

dias atrás. Esse é o modelo adotado, por exemplo, pelo jornal americano *The New York Times*.

Figura 14 – Capturas de telas da edição do Jornal Nacional do dia 09/07/2020



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8687596/> Acesso em: 21 abr. 2023

Em seguida, no mesmo dia, no entanto, a SD11 levou ao ar essa conversa, onde a âncora do telejornal pergunta ao apresentador da Central da Covid sobre a “estabilidade do número de mortes” apontada por um gráfico que estava sendo exibido.

*SD11: [Âncora do Jornal Nacional] E olhando então, Márcio, pelo gráfico, essa linha vermelha da média móvel, a gente pode dizer, ali, que a partir de junho há uma estabilidade no número de mortes?*

*[Âncora da Central da Covid] Exatamente. É o que a gente chama..., ou os pesquisadores chamam, de platô. A gente tem um destaque disso aqui que mostra exatamente isso. No dia primeiro de junho, nós tínhamos 738 mortes. Perceba que o gráfico ganhou essa estabilidade até chegar aqui ao 1037. Sempre acima de mil óbitos por dia. A linha tá mais estável exatamente porque esse número tá se mantendo estável. Em números absolutos, a gente tá todo dia com mais de mil mortes. E essa constante na linha, e é uma constante*

*elevada, mostra que, infelizmente, a gente tá com dificuldade de controlar a doença. Seja pela falta de médicos, pela falta de equipamentos, ou do desrespeito às determinações de distanciamento e do uso de máscara. O número ainda é muito elevado”.*

Figura 15 – Capturas de telas da edição do Jornal Nacional do dia 09/07/2020



Fonte: Edição do Jornal Nacional disponível na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8687596/> Acesso em: 21 abr. 2023

Esse diálogo é a estabilização dessa posição-sujeito jornalista de dados dentro da discursividade do telejornal, que mantém sua posição-jornalista tradicionalmente preservada. O jornalismo do Jornal Nacional não questiona mais as instituições já legitimadas sobre os dados, mas sim o próprio “jornalista de dados”, legitimado, conforme apontamos, pela própria instituição jornalística tradicional.

Essa nova posição ainda contém em seu texto marcas da heterogeneidade que lhe é constitutiva. O uso do “a gente”, como se o jornalista de dados fosse “pesquisador”, demonstra os resquícios das formações discursivas que constituem essa discursividade sobre dados. E o segundo “a gente” constante na SD11 demonstra uma inversão importante em relação ao que seria esperado de um Ministério, por exemplo. Os dados não servem para auxiliar na tomada de decisões, como o especialista da SD10 alertou, mas eles próprios são o espelho da realidade: *“falta de médicos, ... falta de equipamentos, ... desrespeito às*

*determinações de distanciamento e do uso de máscara*”. Essa realidade não poderia ser percebida sem que existisse um gráfico com uma “constante elevada na linha”?

O deslocamento, aqui, é também o encontro entre a “objetividade do jornalismo” e a “objetividade” dos dados que abordamos no início deste trabalho. Retomamos o questionamento: o que é silenciado quando a “objetividade” jornalística encontra a “objetividade” dos dados? Já havíamos sugerido que o “espelho” do jornalismo de dados, que reflete uma “realidade” duplamente objetiva, poderia se estilhaçar se nos perguntássemos: como os dados são formulados? Agora podemos afirmar ainda que não temos um deslocamento apenas na formulação desses dados, e sim na maneira como eles se constituem enquanto arquivo.

#### **4.2.3 Uma média móvel de quê?**

Ao mobilizar a noção de arquivo, neste capítulo, percebemos que o banco de dados oriundo das secretarias estaduais de saúde pode ser constituído em arquivos diferentes a depender da instituição que os compila: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Consórcio de Veículos de Imprensa... e essa diferença na constituição do arquivo implica na questão da legitimidade, da “oficialidade” dada a esse arquivo. Quem legitima o arquivo constituído pelo Consórcio? Percebemos um silenciamento do telejornal em relação à constituição do arquivo sobre o “número de mortos” pela Covid-19. No gráfico exibido no momento da SD11, por exemplo, há dados do Ministério da Saúde e do Consórcio sendo utilizado indistintamente, “oficialmente”. O telejornal criou condições materiais para que a instituição jornalística pudesse legitimar os dados “como se fossem” por si só.

Nós demonstramos também neste trabalho que os dados jamais poderiam ser legitimados, ou mesmo serem constituídos, “por si só”. Há um apagamento da materialidade técnica na materialidade discursiva que faz com que essa objetividade dos dados apareça enquanto efeito. O jornalismo, pela necessidade de “mediar” posições, mesmo ao ler arquivos, não poderia, sozinho, legitimar dados sem que algo mudasse em sua discursividade.

“Entrevistar planilhas” é uma prática diferente de “escrever planilhas”, de “formular planilhas”. Há um silenciamento dessa nova posição-sujeito que surgiu após a censura dos dados por parte do Ministério da Saúde ao mesmo tempo em que o Jornal Nacional foi colocado como “adversário” pelo Governo Federal. Sem esse silenciamento, o gráfico da figura 15, com os dados de diferentes instituições imbricados, não seria possível.

Nas edições do Jornal Nacional analisadas até aqui, percebemos que o significante “mortes”, num primeiro momento, está ligado ao espetáculo diário, repetitivo, mas já sendo tomado pela lógica estabilizadora dos números. A “morte espetacular” foi percebida como um tipo de “luto volumétrico”. No capítulo anterior, trouxemos a “morte de CPFs” com todas as implicações em relação à dicotomia das ações governamentais resolvidas após a demissão do então ministro da Saúde Mandetta. De alguma forma, tanto a “morte espetacular” quanto a “morte de CPFs” deixavam escapar a necessidade de se contabilizar, colocar em estatística os indivíduos mortos pela Covid-19, em um processo que começa na racionalização científica do século XV e que se intensifica com o desenvolvimento das tecnologias digitais, a partir do que apontamos como efeito de “dataficação da vida”.

A partir do momento em que o telejornal passa a levar ao ar a “média móvel de mortes”, deslocada de seu uso por profissionais da saúde com o auxílio de profissionais da estatística, há uma estabilização discursiva daquilo que foi rompido no discurso jornalístico desde que os dados compilados por um veículo midiático, o G1, foram considerados “oficiais” por outro veículo do mesmo grupo, o Jornal Nacional. A “média móvel de mortes” não é uma “média móvel do número de mortos”, mas sim o resultado desse apagamento da materialidade técnica do dado, como se “indivíduo” e “dado sobre indivíduo” coincidissem sem falhas. É, também, a marca do efeito que torna o número, o dado, um “espelho” da realidade. Na média móvel de mortos, não há mais lutos, nem CPFs em disputa. Há o efeito, na prática jornalística, de que os dados tratados pelo Consórcio são puros, livres de toda a interferência institucional e, finalmente, um espelho da realidade da pandemia.

Agora compreendemos, portanto, que esse “espelho da realidade da pandemia” diz respeito ao efeito de objetividade que a posição-sujeito jornalista de dados pode restituir ao discurso jornalístico, após todas as rupturas que apontamos até aqui. Assim como é impossível que um indivíduo empírico morra em média, a “média móvel de mortos” não é morte, nem é somente estatística, mas é a marca material de um encontro impossível entre a

“objetividade do jornalismo” com a “objetividade dos dados”, que só pode existir enquanto efeito dessa nova posição-sujeito.

### 4.3 ANTESSALA

A impossibilidade desse encontro que, no entanto, aparece materializado nessa nova posição-sujeito, conforme o que escrevemos na última frase do parágrafo anterior, pode soar paradoxal, na medida em que essa nova posição surge a partir de uma impossibilidade de “autolegitimação” do jornalismo, de uma aparente dupla exposição que faz com que o jornalista olhe para um *outro de si* e o lance uma série de questões, como faria a qualquer *outra* fonte. Precisamos, mesmo que brevemente, desatar ao menos um dos nós que essa questão nos coloca, e aceitar que o outro é, de (f)ato<sup>46</sup>, impossível de ser desatado neste momento e neste espaço.

Ao falar sobre a contradição do termo *fake news*, Gallo, Silveira e Pequeno (2021) apontam para o que seria uma impossibilidade de a instituição jornalística se legitimar como antes em um espaço enunciativo informatizado.

No momento em que o jornal, legitimado, ocupou um espaço no digital, a sentença estava dada. Aquilo no qual todo jornalista precisa acreditar para trabalhar: de que sua legitimidade se baseia nos fatos, na apuração, no levantamento dos dados, era efeito de uma longa narrativa institucional que se recusou a admitir a relação entre a materialidade do discurso — da história, da língua e da técnica — e o poder de determinar o que é um fato (GALLO, SILVEIRA E PEQUENO, 2021, p. 266-267).

Ao longo de nosso trabalho, no entanto, observamos o jornalismo em um espaço onde sua legitimação estava até então assegurada: a televisão. O efeito de legitimação ainda está lá, ao

---

<sup>46</sup> “Utilizamos aqui a formulação '(f)ato' para designar uma correspondência entre 'fato' e 'ato'. Estamos adotando 'fato' não como algo que possa corresponder a uma realidade irrefutável, mas para confrontar proposições que considerem o real enquanto algo que é dado a priori. Associamos todo fato a um ato, tomando aqui 'ato', não no sentido aristotélico do termo em oposição a uma suposta potência, nem como um 'fazer' pragmático, mas como um termo pelo qual possamos designar uma 'ação' ao nível simbólico, um 'gesto' sujeito à ideologia. Assim, quando usamos a formulação '(f)ato' queremos pensar o fato como algo que não possui um estatuto fenomenológico e que não é ocasional, nem 'natural'. Neste texto, '(f)ato' refere-se a uma 'construção' não subjetiva, sendo ela, necessariamente, atravessada por (in)determinações sócio-históricas e ideológicas” (SILVA, 2018).

menos tanto no imaginário desse profissional que ocupa *sua* posição jornalista no discurso, quanto na(s) prática(s) cotidianas em que ele repete e renova. Nosso esforço para compreender ausências e enunciados do Governo Federal da época não é, enfim, algo periférico. Esse governo não se elegeu ao ser mostrado como melhor em um debate televisionado, ou depois de ter um grande espaço de “propaganda eleitoral gratuita” no horário nobre das emissoras de TV, como outros governos. Ele se produziu na relação com novas práticas midiáticas digitais, ancorada em suas falas, com efeito de não mediação, em espaços como Facebook e Twitter. Nessas condições, o embate entre Governo e Jornal Nacional existe e desestabiliza o telejornal, assim como as *fake news* desestabilizam as práticas do jornalismo, ainda conforme Gallo, Silveira e Pequeno (2021).

Vejamos, antes do advento do digital, a notícia era facilmente identificada pela memória discursiva, que agrega elementos da materialidade concreta de circulação, da materialidade técnica: o jornal da banca, o âncora da televisão, o papel era de um certo tipo, o programa era em um certo horário, era tudo facilmente reconhecível e isso é também do nível da memória. Mas [...] o espaço digital não tem a mesma textura do espaço do analógico. Um site não é um jornal, não tem a mesma legitimidade, também porque não tem a mesma materialidade concreta, técnica. Nessa medida, os textos se (des)organizam de outras formas, por outros meios (GALLO, SILVEIRA E PEQUENO, 2021, p. 260).

Novamente, lembramos que este trabalho se debruçou sobre uma mídia tradicional, que passa a ser atravessada por dizeres de uma instituição que já sofre as consequências da forma de legitimação própria dos espaços informatizados. O Governo Federal da época não se significa discursivamente sob as mesmas memórias dos anteriores. A posição-sujeito jornalista que identificamos, constituída em meio às memórias do “espaço do analógico”, precisa de seus rituais para garantir a objetividade que lhe é constitutiva. No entanto, uma outra instituição, como o Governo Federal, tem sua legitimidade sendo cada vez mais desestabilizada pela posição-sujeito que enuncia em nome dela, que passa a não ser mais tomada como capaz de “falar sobre X” para a posição-sujeito jornalista.

Enquanto a posição-sujeito presidente da república tem sua legitimidade cada vez mais “(des)organizada de outras formas, por outros meios”, um processo análogo começa a acontecer com a posição-sujeito jornalista, a exemplo da desestabilização causada pelas *fake news*. Mas esta posição-sujeito, em nosso *corpus*, ainda se constitui sob a materialidade “do analógico”, da televisão, mesmo que seja colocada em xeque na emergente relação com a materialidade “do digital”. Por isso mesmo, o primeiro nó da “dupla-exposição” do jornalista

para o *outro de si* é desatado ao percebermos que as especificidades das materialidades que constituem discursivamente esse sujeito na posição jornalista não mudaram<sup>47</sup>. Essa posição ainda é constituída no que Gallo, Silveira e Pequeno (2021) chamam de “memória do analógico” e se identificam com a formação discursiva que lhe constitui como dominante. Mas a relação dessa posição-sujeito jornalista com os dados, e com um social cada vez mais regido por dados, mudou. E esse é o segundo nó.

Os dados, enquanto objeto de disputa, não podem ser tomados como meros objetos, a esta altura. A cobertura do Jornal Nacional não se dá por apontar, por exemplo, um descumprimento de obrigações legais por parte do governo, como o de “garantir acesso à informação”. Ela se pauta na ausência de dados, como se dado e indivíduo coincidissem a ponto de a ausência de um ser a “não-notícia” do outro, o que rompe com uma série parafrástica do telejornal que tomava ambos como sinônimos. Apesar de o Jornal Nacional estar em uma mídia analógica, a discursividade dos dados ultrapassa as barreiras técnicas dos espaços informatizados e passa a fazer parte de outras discursividades, com consequências como eleger presidentes, por exemplo. Mencionamos o trabalho em andamento de Cristiane Dias<sup>48</sup>, que aponta para uma transição na forma-sujeito do capitalismo, de um *sujeito de direito*, que abordamos neste trabalho, para um *sujeito de dados*.

Em uma fase de transição, as posições-sujeito já estabilizadas, em seus espaços já estabilizados, com técnicas já estabilizadas, serão de alguma forma desestabilizadas em algum grau, como pudemos ver na ruptura dos sentidos de “oficialidade” neste capítulo. Mas nada além disso mudou: o mesmo jornal, o mesmo cenário, os mesmos âncoras. A nova posição-sujeito jornalista de dados parece surgir como um efeito Münchhausen<sup>49</sup>, a partir de um(a posição) sujeito (jornalista) que se “produz como causa de si”, mas observamos que essa nova posição é, paradoxalmente, legitimada já pela via da normatização técnica e pela quantificação própria dos espaços informatizados, como apontam Gallo, Silveira e Pequeno

---

<sup>47</sup> Ressaltamos que estamos levando em conta a materialidade técnica que, pela proposta de Pequeno (2020), compõe a materialidade discursiva, na relação entre história, inconsciente, língua e técnica.

<sup>48</sup> Abordado em uma fala transmitida via YouTube no Seminário Regional do I Congresso Internacional de Análise do Discurso Digital. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IRPBzboeuwE>. Acesso em 14 mai. 2023.

<sup>49</sup> Pêcheux (2014, p. 144), ao explicar a ilusão do sujeito como origem de si a partir da interpelação ideológica, e os perigos de se levar essa interpretação para uma análise, define: “compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o “efeito Münchhausen” [em memória do imortal barão que *se eleva nos ares puxando-se pelos próprios cabelos* (PÊCHEUX, 2014, p. 144, grifos do autor)], colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito de discurso”.

(2021). O nó impossível de ser desatado é que quem garante que essa legitimação se dê pela via da circulação é justamente o telejornal mais assistido do país, que alcança milhões de indivíduos<sup>50</sup>. É uma legitimação própria dos espaços informatizados que se dá atravessada por uma materialidade técnica “tradicional”. Mas isso não quer dizer que a posição-sujeito jornalista, como vem sendo pesquisada historicamente por diversos analistas de discurso, mudou. Ela ainda precisa mediar dizeres e garantir a objetividade.

Por outro lado, estamos diante dessa nova posição-sujeito que denominamos jornalista de dados, que ainda se mantém no discurso jornalístico, na formação discursiva que lhe é dominante, mas que ainda não está estabilizada como está a posição-sujeito jornalista, que é ainda constituída em uma relação mais aproximada com a “memória do analógico”. Pudemos perceber que a materialidade técnica foi, em grande medida, a responsável pelo deslocamento no interior da formação discursiva do jornalismo. Nessa desestabilização, as memórias “do analógico” e “do digital” se tensionam na desestabilização dessa posição, até um momento de ruptura. A nova posição-sujeito começa a surgir como o início de uma acomodação dessa nova cadeia discursiva dentro do “espaço do analógico” que é a televisão.

Surge um novo âncora, que pode escapar da necessidade de estabilização do sujeito pragmático e midiático que ainda é aquele que se posiciona como jornalista na televisão. Um jornalista de dados, que já vem legitimado porque os dados trazem em si a objetividade impossível para um jornalista, mas imprescindível para essa nova posição que ele passa a ocupar enquanto sujeito diante de tantos milhões. Zoppi-Fontana (2005), ao revisitar a noção de Ideologia em diversos escritos de Pêcheux, chama a atenção para os “objetos paradoxais” que rondam as ciências humanas. Separações lógicas como sujeito/objeto ou pessoa/coisa não são estáveis, estanques, mas existem no interior de relações de classes, a partir do funcionamento da Ideologia, segundo a autora. São estabilizações pragmáticas que não são dadas *à priori*, mas em processos discursivos.

Nós chamamos a atenção para o efeito de coincidência entre “indivíduo” e “dado” há pouco, e agora afirmamos que “sujeito” e “dados” só podem coincidir ainda enquanto efeito, mas que a divisão entre ambos também não é transparente. Uma posição-sujeito jornalista de dados, portanto, também surge enquanto efeito de uma estabilização pragmática,

---

<sup>50</sup> Ou de sujeitos individuados, que poderiam “deixar o seu like” se a materialidade técnica os permitissem, pois eles também *estão já lá* nessas novas discursividades. Pensemos, por exemplo, em programas de televisão que estimulam seus telespectadores a compartilhar, em espaços enunciativos informatizados, determinada *hashtag* exibida na tela.

atravessada por um processo ideológico em curso, mas sob o funcionamento da Ideologia que sempre está lá, estruturante. Enquanto posição sujeito constituída na contradição entre espaços estabilizados e desestabilizados, entre legitimações próprias de instituições historicamente autorizadas e legitimações próprias de espaços informatizados, ou então pela discursivização que ao mesmo tempo toma *dado* como *indivíduo* e dado como “espelho” de uma realidade, tal qual o jornalismo, podemos afirmar que o jornalista de dados é, *em seu reflexo*, paradoxal.

## 5 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao iniciar essa dissertação, nós buscávamos compreender os deslocamentos de sentido entre “vidas perdidas” e “número de mortos” que, como nós mesmos introduzimos, foram “significantes usados pelo Jornal Nacional, da TV Globo, para falar quantitativamente sobre pessoas que morreram de Covid-19”. Essa frase, que agora é retomada, esconde toda a complexidade que, sentido por sentido, foi se desenrolando a cada fio discursivo que puxávamos. Ao começarmos a mobilizar as questões fundantes da AD, nos detivemos à de posição-sujeito para podermos adentrar ao *corpus* que carregava em si ainda silenciamentos e uma historicidade que precisava ser trazida à opacidade.

Ainda no segundo capítulo, começamos a perceber que o jornalismo, enquanto produto ou prática, começava a ter alicerces discursivos corroídos quando colocado em contradição com a discursividade sobre dados. O jornalismo de dados enquanto prática parecia, no entanto, ser apenas uma evolução do modo de se fazer jornalismo, mesmo que com alguns deslizamentos na formulação do discurso jornalístico. A pergunta que começou a nos acompanhar durante todos os capítulos, no entanto, já apontava reflexos distorcidos. Qual a realidade que o jornalismo espelha?

Começamos, então, por buscar compreender a pandemia de Covid-19 como um acontecimento histórico e, também, discursivo. Essa realidade pandêmica deslocou dizeres e re-formulou redes de sentido em diversas áreas. Mas, enquanto acontecimento, ela trouxe à tona dizeres que estavam latentes, mas ainda impossíveis de serem ditos. No Brasil, tivemos que lidar com a forma mais avançada do neoliberalismo, mas não sem resistência. Não necessariamente uma resistência que se formava pela desidentificação, mas por contradição, por práticas que fugiam ao controle de dizeres. Todas sob o guarda-chuva dessa forma avançada de capitalismo, mas em contradição. A demissão do ministro da Saúde criou uma ausência, um vácuo no poder que, de certa maneira, foi ocupado pelos veículos de mídia tradicionais nessa disputa de *versões* sobre a pandemia.

Desde esse momento, já pudemos observar que os dados, antes estatísticas que serviam de apoio para o Estado de direito, passam a se relacionar com o real da pandemia. Mortes *são* número de mortes. Dados *precisam* ser escondidos como corpos *precisaram* ser

ocultados em outros tempos. CPFs são cancelados e CNPJs precisam sobreviver. Os dados começam a aparecer de formas que seriam impossíveis antes da pandemia. Os CPFs já eram cancelados antes dela, mas isso não era um desrespeito com mortos, em um esquecimento dos mortos à margem. Aqui, no entanto, ainda não é possível apreender com exatidão até que ponto essa discursividade passa a ser não mais só sobre dados, mas constituída pelos dados.

Quando chegamos ao espetáculo jornalístico, começamos a vislumbrar novamente os dados sendo tomados como indivíduos. O luto, tão espetacular para um telejornal, pode ser transparentemente velado com números em seu centro. O mesmo ritual, a não ser por esse deslocamento. O jornalista, no entanto, ainda mantinha sua discursividade intacta, pois aqueles números teriam sido apurados com fontes e mediados por ele. Seguimos para o “apagão de dados” do Ministério da Saúde. E vemos, pela ausência, que o Jornal Nacional, ao contrário de seus concorrentes, estava interpretando bem o tempo de mudanças e deslocamentos à sua volta. Sem dados, sem telejornal. Nenhuma fonte humana poderia salvar o espetáculo interrompido pela ausência deles. A cobertura da pandemia estava comprometida porque não se tinha dados. Dados novamente espelhando realidades, enquanto nós nos perguntávamos sobre qual realidade o *jornalismo* espelha. O espelho estilhaçado, então, não se fragmenta de modo aleatório, mas em pedaços que são determinados por um processo discursivo em curso.

Dados espelhando realidades, jornalismo que espelha realidades, cada um no seu canto, até que um passa a ver o reflexo do outro, “oficialmente”. Na oficialidade dos dados sobre o número de mortes causadas pela Covid-19, que passa a ser tomada por um veículo midiático em um deslize que se repete e vira Consórcio, vemos essa reduplicação de um reflexo que começa a se multiplicar em espiral nas práticas jornalísticas do Jornal Nacional. Ali, e não em seus concorrentes, jornalistas se juntam para servir ao ritual do Jornal Nacional, ao horário do Jornal Nacional, sim, mas mais importante para a conjuntura histórica atual: para servir dados ao Jornal Nacional.

Em uma desestabilização das práticas jornalísticas, o Jornal Nacional segue tentando conter os danos causados pela ruptura discursiva que identificamos no capítulo 4. Essa estabilização se dá por uma via curiosa: a alocação de todas essas instabilidades em uma nova figura que surge no telejornal. Não surge um repórter para trazer esses dados “oficiais”, mas sim um novo âncora, *em um grande telão com um grande telão que pode informar (e enformar) informações a partir dos dados*, em uma redundância proposital e proporcional à

cena que pudemos ver em algumas capturas de telas, depois de termos mobilizado a noção de informação de Flores (2016). Discursivamente, pudemos perceber rupturas na discursividade do jornalismo. Essas rupturas, no entanto, ligam algo do jornalismo a algo dos dados que passa a, cada vez mais, constituir posições e, quem sabe, sujeitos.

Pela via da noção de arquivo, e de suas diferenças em relação aos bancos de dados digitais, pudemos enfim compreender como se deu a legitimação discursiva dessa posição sujeito jornalista de dados que identificamos entre os estilhaços de realidades efetivamente refletidas por jornalistas e por dados. Chegamos à morte estatística, ponto onde jornalismo, dados e real se imbricam em uma (re)configuração impossível anteriormente. Respondemos, portanto, a questão: quando a objetividade jornalística encontra a objetividade dos dados, o que se desloca no discurso jornalístico é a sua posição, que passa a não mais mediar dizeres, a nem mesmo “entrevistar planilhas”, mas sim a constituir um arquivo sobre dados, que seriam, estes sim, a *simbolização* da realidade.

Pudemos, dessa maneira, compreender os deslocamentos nas posições-sujeito que constituem o discurso jornalístico e atravessam os arquivos sobre números de mortes por Covid-19 no Brasil, a partir da prática de jornalismo de dados pelo Jornal Nacional durante a pandemia. E agora podemos, ainda, apontar para outras questões que se desdobram a partir da nossa. Há o efeito paradoxal da ideologia jornalística que, de certa maneira, vai se fechando em sua própria lógica até se bastar por ela mesma ao, por exemplo, constituir seu próprio arquivo sobre dados, mas também ao ser capaz de “legitimar” uma outra posição que deriva dela. Há também a necessidade de se compreender até que ponto o jornalismo de dados, de modo geral, surge enquanto ruptura de uma discursividade sobre “objetividade” nas práticas jornalísticas. E há, ainda, a necessidade urgente de se compreender os deslocamentos que *nossa* atual forma-sujeito está sofrendo, com poucos espelhos mas com tantos reflexos visíveis até aqui em nossa realidade, aos ventos do capital. E essa necessidade de compreensão, consideramos, apenas se inicia...

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2022. *E-book*.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELA-SILVA, Silmara. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. *In*: FLORES, Giovanna Benedetto.; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015.
- FALCONI, Thomas; SILVEIRA, Juliana; FLORES, Giovanna.Benedetto; Os dados sobre Covid-19 no Jornal Nacional: a imbricação material na formulação da informação em um telejornal. **Línguas & Letras**, [S. l.], v. 23, n. 56, jan-jun 2023. [no prelo]
- FLORES, Giovanna G. Benedetto. A discursividade da lei da imprensa no Brasil: uma análise do periódico *Província de São Paulo*. **Estudos da Língua(Gem)**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 155, 30 dez. 2016. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB. <http://dx.doi.org/10.22481/el.v14i2.1320>.
- FLORES, Giovanna G. Benedetto. Entre ossos e restos: uma imposição do discurso neoliberal no Brasil desgovernado. *In*: DELA-SILVA, Silmara, LUNKES, Fernanda. (Org.) **Mídia e(m) Discurso**: Percursos de Pesquisa. Campinas, SP: Pontes, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.
- GALLO, Solange Leda. **Como o texto se produz**: uma perspectiva discursiva. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- GALLO, Solange Leda. Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011.
- GALLO, Solange Leda; SILVEIRA, Juliana da; PEQUENO, Vitor. Fakenews: efeito de fake, efeito de news. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele; SOBRINHO, Helson. (Org.). **Ousar se revoltar**: Michel Pêcheux e a análise do discurso no Brasil. Campinas: Pontes, 2021, p. 253-277.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Ortiz, 1989.
- INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30020>. Acesso em: 19 jan. 2023.

INDURSKY, Freda. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. *In*: MITTMANN, Solange; CAMPOS, Luciene Jung de. (Org.). **Análise do discurso**: da inquietude ao incômodo lugar. Campinas-SP: Pontes, 2019, p.27-41.

INDURSKY, Freda. Políticas de esquecimento x políticas de resgate da memória. *In*: FLORES, Giovanna Benedetto.; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Org.) **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

LAGAZZI, Suzy. O Recorte e o Entremeio: condições para a Materialidade Significante. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

LEMONS, André. Dataficação da vida. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 193-202, 24 ago. 2021. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais. Campinas: Unicamp, 1998.

MASCARO, Alysso Leandro. **Crise e pandemia**. São Paulo, SP: Boitempo, 2020. *E-book*.

NUNES, Silvia Regina. **A geometrização do dizer no discurso do infográfico**. 2012. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ORLANDI, Eni. P. O objeto da ciência também merece que se lute por ele. *In* Maldidier, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P... **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni P. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, vol. 2, n. 1, p. 01-15, 2021. DOI: 1025189/2675-4916. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/index>. Acesso em: 10 out. 2022.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

- PÊCHEUX, Michel. **Ler o Arquivo Hoje**, In: ORLANDI, Eni. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. Unicamp, 2014, p.55-65.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- PEQUENO, Vitor. **Tecnologia e esquecimento**: uma crítica a representações universais de linguagem. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. **Versões de um ritual de linguagem telejornalístico**. 2008. 368 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- SANTOS, Clara Almeida. Jornalismo de dados: o novo altar da objetividade? In: RILEY, Carlos Guilherme; HENRIQUES, Cláudia; GOMES, Pedro Marques; CUNHA, Tito Cardoso e. (Org.). **A Liberdade por princípio**. Lisboa: Tinta da China, 2021, p. 245-258.
- SILVA, Márcio José da. **Repositórios Institucionais Brasileiros**: entre público e privado nos processos de produção e circulação do conhecimento científico. 2018. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2018.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 3. ed., 2013.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 3. ed., 2012.
- TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Entrevistando planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. 2014. 314 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- ZACARIAS, Gabriel Ferreira. **Crítica do espetáculo**: o pensamento radical de Guy Debord. São Paulo: Elefante, 2022.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia**: Covid-19 e a reinvenção do comunismo. Trad. Artur Renzo. São Paulo, SP: Boitempo, 2020. *E-book*.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica. Objetos Paradoxais e Ideologia. In: **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 41-59, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.977. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/977>. Acesso em: 14 mai. 2023.